



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP**  
**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA**  
**PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**

## **CASAS QUE NÃO DESEJAM TER FILHOS**

Marília Rique de Souza Brito Dias

Recife/2011

MARÍLIA RIQUE DE SOUZA BRITO DIAS

**CASAS QUE NÃO DESEJAM TER FILHOS**

Dissertação apresentada à Banca  
Examinadora como requisito parcial  
para obtenção do título de mestre em  
Psicologia Clínica

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Co-Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana Fontes Vieira

Recife/2011

D541c

Dias, Marília Rique de Souza Brito

Casais que não desejam ter filhos / Marília Rique de Souza Brito Dias ; orientador Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas ; co-orientador Luciana Fontes Vieira, 2011.  
89 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Programa de Mestrado em Psicologia Clínica. Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, 2011.

1. Psicologia clínica. 2. Casais sem filhos - Aspectos psicológicos. 3. Pós-estruturalismo - Aspectos psicológicos. I. Título.

CDU 159.922.7

Marília Rique de Souza Brito Dias

CASAS QUE NÃO DESEJAM TER FILHOS

Banca Examinadora

---

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

---

Karla Galvão Adrião

---

Carmen Lúcia Brito Tavares Barreto

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe, Cristina, uma mulher forte, determinada, competente, honesta, humilde, enfim, a pessoa mais incrível que conheço.

Agradeço, *in memoriam*, a meu pai Mardonio, pelo vasto conhecimento sobre o mundo. Nunca foi monótono estar ao seu lado, sempre tínhamos coisas novas a discutir e problematizar.

Agradeço a meus irmãos Rodrigo e Mírian pela coragem em enfrentar o mundo, os viajantes da família, amo vocês, sinto saudades!

Agradeço a Cinthia, minha irmã de espírito, que me acompanha desde o primeiro período do curso de graduação, que chorou comigo muitas vezes e riu outras tantas.

Agradeço a Saulo, meu companheiro há 9 (nove) anos, já passamos por tanta coisa. Saiba que aprendi muito com você, aprendi, acima de tudo, a encarar a vida com mais leveza.

Agradeço, *in memoriam*, a meus avós Marié, Severino, Everaldo e Faraídes, a saudade é enorme, o que sou e conquistei devo, em muito, a vocês, os pilares dessa família.

Agradeço a minha querida tia Tilene por todo amor e dedicação a mim e a nossa família.

Agradeço a Gelba, a quem adotei como tia e que me adotou como sobrinha.

Agradeço a tia Taninha, Tio Mariano, Bibi e Rafa, pela união enquanto família.

Agradeço a meu querido primo Júnior, obrigada pelas lembranças felizes da minha infância.

Agradeço a minha Mestra Patrícia Wallerstein, minha querida amiga. Sempre senti sua força e estímulo durante toda a minha jornada enquanto psicóloga, amo você.

Agradeço à Professora Doutora Cristina Amazonas, obrigada por pegar na minha mão e por juntas termos construído este trabalho.

Agradeço à Professora Doutora Luciana Fontes Vieira, por ter me apresentado à obra de Michel Foucault.

Agradeço a todos os amigos, pela torcida.

## RESUMO

Neste trabalho nos debruçamos sobre um fenômeno emergente no Brasil e no mundo: os casais que não desejam ter filhos. Nosso objetivo foi discutir seus discursos a respeito deste tema problematizando o imperativo social que lhes ordena que tenham filhos. A dissertação se constitui por dois artigos. No primeiro, teórico, procuramos, através de um percurso histórico bibliográfico, investigar o significado atribuído ao ter filhos do século XVI até os dias atuais. Constatamos que ao longo dos séculos os discursos que se dirigiram à família foram modificados, gerando normas a serem seguidas com o intuito de trazer, prioritariamente, retorno financeiro para o Estado. Apesar disso, fica claro que movimentos de resistência sempre caminharam lado a lado com tais normatizações, partindo dessas normas no sentido de problematizá-las. O segundo artigo foi consequência de um estudo empírico com casais que não tinham filhos e não pretendiam tê-los. Os resultados apontaram casais que travam uma batalha constante com o discurso normatizador. Concluímos que é possível que os casais que não desejam ter filhos façam parte de um movimento de resistência- mas, ao mesmo tempo, se constituam em relação a ele- estando dentro e fora, à margem sim, mas sendo essa margem aquilo que os delimita, possibilitando o surgimento do novo a partir da diferença e da repetição.

Palavras-chave: casal sem filho(s), norma, pós-estruturalismo.

## **ABSTRACT**

In this study we will analyze an emerging phenomenon in Brazil and in the world, the couples who do not wish to have children. Our objective was to discuss their discourse about this theme having in mind the social imperative that orders them to have children. The dissertation constitutes itself by two articles: In the first, which is theoretical, we search, through a historical bibliographic pathway, to investigate the meaning of having children from the 16<sup>th</sup> century until our actual days. We found that within the centuries the speeches that were conducted to the family were transformed creating rules that had to be obeyed with the intention of giving, primarily, financial profit for the state. Nevertheless, it is clear that resistance movements always walked side by side with those rules having as objective to surpass them. The second article was a consequence from an empirical study with couples that did not have children and also did not pretend to have. The results pointed out that these couples are in a constant struggle against the ruling speech. We concluded that it is possible that the couples who do not wish to have children become a part of the resistance movement, but, at the same time, it may constitute in relation to them, if they are inside and outside, a margin, but this margin is what delimits them and, in the difference and repletion enables the emergence of the new.

Keywords: Couples without children, rule, post structuralism



## RESUMEN

En este trabajo hemos empleado nuestros esfuerzos sobre un fenómeno que emergió en Brasil y en el mundo: las parejas que no desean tener hijos. Nuestro principal objetivo fue debatir sus discursos a respecto de este tema analizando el imperativo social que les ordena que tengan hijos. La disertación se compone por dos artículos. En el primero, teórico, buscamos, a través de un trayecto histórico bibliográfico, investigar el significado atribuido al tener hijos del siglo XVI hasta los días de hoy. Verificamos que a lo largo de los siglos los discursos direccionados a la familia fueron modificados, generando reglas que deben ser seguidas con la intención de traer retorno financiero para el Estado. A pesar de esto, queda claro que movimientos de resistencia siempre caminaron lado a lado con tales reglas, partiendo de ellas en el sentido de sobrepasarlas. El segundo artículo fue consecuencia de un estudio empírico con parejas que no tenían hijos y no les gustaría tenerlos. Los resultados enseñan que las parejas traban una batalla constante con el discurso normatizador. Se concluye que es posible que las parejas que no desean tener hijos hagan parte de un movimiento de resistencia- pero, al mismo tiempo, se constituyan en relación a este movimiento- estando dentro y fuera, al margen sí, pero siendo este margen algo que las delimita, posibilitando el surgimiento del nuevo a partir de la diferencia y de la repetición.

Palabras-clave: pareja sin hijo (s), norma, pos-estructuralismo.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                       |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| RESUMO                                                                                                                | 07        |
| ABSTRACT                                                                                                              | 08        |
| RESUMEN                                                                                                               | 09        |
| SUMÁRIO                                                                                                               | 10        |
| INTRODUÇÃO                                                                                                            | 11        |
| <b>1. ARTIGO 1. FILHOS, PARA QUEM?</b>                                                                                | <b>17</b> |
| RESUMO                                                                                                                | 17        |
| ABSTRACT                                                                                                              | 18        |
| RESUMEN                                                                                                               | 19        |
| <b>1.1 O sentido de ter filhos através da história no Ocidente: uma visão panorâmica</b>                              | <b>20</b> |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS                                                                                                  | 39        |
| REFERÊNCIAS                                                                                                           | 41        |
| <b>2. ARTIGO 2. OS DESVIANTES DA NORMA? UM ESTUDO COM CASAIS QUE DECIDIRAM NÃO TER FILHOS</b>                         | <b>44</b> |
| RESUMO                                                                                                                | 44        |
| ABSTRACT                                                                                                              | 45        |
| RESUMEN                                                                                                               | 46        |
| 2.1 MÉTODO                                                                                                            | 53        |
| 2.1.1 PARTICIPANTES                                                                                                   | 53        |
| 2.1.2 INSTRUMENTO                                                                                                     | 55        |
| 2.1.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DOS DADOS                                                                                | 55        |
| 2.1.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS                                                                               | 56        |
| 2.1.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO: <b>Não ter filhos: resistência às normas ou adesão a um novo discurso? Casais DINK?</b> | <b>57</b> |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS                                                                                                  | 75        |
| REFERÊNCIAS                                                                                                           | 77        |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS                                                                                                  | 80        |
| REFERÊNCIAS                                                                                                           | 82        |
| ANEXO 1                                                                                                               | 87        |
| ANEXO 2                                                                                                               | 89        |

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa estudar um fenômeno emergente no Brasil e no mundo: os casais que não desejam ter filhos. Mantovani (2007) afirma que na Alemanha, em 2005, a porcentagem de pessoas sem filhos já correspondia a 30% da população feminina. Segundo a mesma autora, em países como EUA, Inglaterra e Canadá já existem “organizações que oferecem apoio e informação para as pessoas sem filhos” (p. 2). No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009) aponta que o número desse arranjo familiar vem crescendo consideravelmente no decorrer das últimas décadas. Em 1998 eram 13,3% e em 2008 esse número foi para 16,7%. Ainda não existem estatísticas apontando, entre esses casais, o percentual daqueles que não têm filhos por opção. Deste modo, os estudos que tratam especificamente desses casais ainda são raros. Portanto, faz-se importante estudar esses sujeitos que, de alguma forma, estão indo de encontro à norma social que lhes diz: tenham filhos.

Por essas razões decidimos, nesta pesquisa, problematizar o discurso de alguns casais que não desejam ter filhos à luz do imperativo social transmitido através das normas culturais, a partir do século XIX, “tenham filhos, cuidem deles e os amem” e que perdura ainda nos dias atuais.

Para tanto, a perspectiva adotada foi a pós-estruturalista. O pós-estruturalismo é um movimento de pensamento e “não pode ser reduzido a um conjunto de pressupostos compartilhados, a um método ou até mesmo a uma escola” (Peters, 2000, p.29). Para compreendê-lo, faz-se crucial destacarmos as diferenças e relações existentes entre ele e outros movimentos, tais como:

modernismo, pós-modernismo e estruturalismo, ainda que de maneira breve, conscientes de que a temática é vasta e mereceria um tratamento mais aprofundado que não é possível de ser dado nesta introdução.

Iniciaremos dizendo que a pós-modernidade está para a modernidade do mesmo modo que o pós-estruturalismo está para o estruturalismo. Ambos são movimentos de reação e crítica ao momento ou ao movimento que lhes antecedeu.

O Modernismo, na filosofia, pode ser visto como um movimento que data do Século XIX e envolve a passagem da era medieval e clássica para um período marcado pela ciência (o cogito de Descartes), que tem por base a crença no avanço do conhecimento através da submissão à operação da crítica ao conhecimento tradicional. Nesta perspectiva, a verdade pode ser alcançada através do método, da objetividade e de condições formais. Aqui o sujeito é visto como autônomo, livre e autoconsciente, é estudado objetivamente e torna-se o centro do universo, considera-se que através de pesquisas científicas pode-se chegar à verdade do sujeito (Peters, 2000).

Heidegger, ao tratar da modernidade, toma como um dos pontos cruciais a questão da representação afirmando que ela marca o trânsito moderno da ordem à imagem do mundo. Para ele, o que caracteriza a idade moderna é a conversão do mundo em imagem e do homem em sujeito. Re-presentar significa, aqui, levar ante si o existente como um oposto. De um lado temos, pois, o mundo entendido como imagem. De outro lado, surge o homem como sujeito, quer dizer como o meio de referência do existente como tal (Innerarity, 1990, p.17).

O Pós-modernismo, no sentido histórico e filosófico, é um movimento que pretende proporcionar mudanças radicais no sistema de valores e práticas subjacentes à modernidade. O projeto moderno ao fracassar, pois o homem não se tornou conhecedor da verdade absoluta; e, decepcionar, ao fazer uso das ciências nas duas grandes guerras mundiais, trouxe consigo o desalojamento do que é ser sujeito. A pós-modernidade simboliza esse momento de transição entre o período moderno e a atualidade (Peters, 2000). No entanto, há controvérsias a respeito do fim da modernidade e em torno do que seja a pós-modernidade. Vattimo (1994, p. 9) afirma que

O termo pós-moderno continua tendo um sentido e que este sentido está ligado ao fato de que a sociedade em que vivemos é uma sociedade da comunicação generalizada, a sociedade dos meios de comunicação (...) que em algum aspecto essencial, a modernidade foi concluída.

Porém há quem considere que fizemos uma liquidação apressada da modernidade e de suas crises ainda não resolvidas (Kehl, 1988). Nesta linha encontramos o filósofo Habermas que define a modernidade como um projeto inacabado (Innerarity, 1990).

Vattimo diz que esta controvérsia acerca do fim ou não da modernidade tem a ver com as diferentes concepções acerca da modernidade. Para ele, podemos chegar a um acordo de que a modernidade está concluída se considerarmos que “a modernidade é a época em que o fato de ser moderno tornou-se um valor determinante” (1994, p. 9).

O Estruturalismo data de meados do Século XIX e tem sua origem na lingüística estrutural de Saussure. Este autor considerava que a palavra é formada por som (significante) e conceito (significado), e eles funcionam

dependendo um do outro. Lévi-Strauss, posteriormente, faz uso de tal método para compreender a antropologia ao acreditar que fenômenos são um todo estrutural que funcionam como um sistema, existindo dicotomias definidoras nas quais o sistema se sustenta (Peters, 2000). O sujeito aqui é visto como portador de estruturas.

Por sua vez, o Pós-estruturalismo deve ser considerado como uma resposta filosófica específica, contrária ao movimento estruturalista emergente a partir do século XIX. É um movimento de pensamento que tem por base as ideias de Nietzsche e Heidegger e ainda tem por principais influenciadores: Derrida, Deleuze, Foucault, dentre outros. Nele, o sujeito é visto como submetido a práticas e estratégias de normalização e individualização típicas das instituições modernas.

Faz-se importante destacar que apesar do pós-estruturalismo possuir características em comum com o estruturalismo, já que ambos suspeitam da concepção de que a consciência humana é autônoma, acessível e única base da compreensão e ação e também os dois rejeitam os universalismos e enfatizam o inconsciente e as forças sócio-históricas que influenciam o comportamento; eles também diferem, pois o pós-estruturalismo vai além, ao questionar as diversas construções filosóficas do sujeito: cartesiano, hegeliano, do existencialismo, marxista, entre outros. Enfim, trata-se de uma crítica às identidades fixas (Peters, 2000).

As diferenças entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo estão relacionadas também à forma de olhar a história. No estruturalismo existe uma estrutura lógica a ser analisada, no pós-estruturalismo a história é olhada como mutável, descontínua, é compreendida através da arqueologia ou pela

genealogia. Existe um jogo de forças, uma luta constante. Tem por foco o capitalismo e suas consequências para as sociedades, há uma análise política dos fatos e das instituições -família, Estado, prisão, clínica, hospital, entre outros- (Peters, 2000).

No Pós-estruturalismo coloca-se em dúvida o cientificismo, as dicotomias/binarismos. Os pós-estruturalistas acreditam que estes binarismos têm o efeito de excluir certos grupos culturais e sociais. Outro elemento que caracteriza o pós-estruturalismo é a noção de diferença. Esta noção é usada de modos variados por diversos pensadores, mas sua origem vem de Nietzsche, Saussure e Heidegger. Segundo Deleuze (1983, original em 1962), em Nietzsche ela é usada como uma crítica à dialética hegeliana. Em Derrida, *différence* está vinculada à concepção de Saussure e a de Heidegger e, dez anos depois, evoluiu para o conceito de *différance* e refere-se não apenas ao movimento que consiste em diferir, adiar, prorrogar, mas também tem o sentido de desdobrar-se, é a diferença ôntica-ontológica heideggeriana, a diferença entre o Ser e os entes.

Mais uma noção importante para o Pós-estruturalismo é a analítica do poder de Foucault onde ele ressalta as estruturas de “poder-saber”, destacando que o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo. Para este autor o saber é produzido por meio do exercício de poder que pretende controlar o corpo social (Peters, 2000). Neste trabalho Foucault será o principal pilar da nossa construção teórica e a questão do poder-saber será aprofundada nos artigos que se seguem.

Portanto, esta dissertação se organiza da seguinte forma: após esta introdução apresentaremos dois artigos, sendo um teórico e um empírico. No

primeiro, buscaremos por em questão o significado de se ter filhos no decorrer dos tempos, partindo do século XVI até os dias atuais, utilizando, como já dissemos, Foucault como principal articulador teórico e outros autores que utilizam seu pensamento para discutir a construção das subjetividades na contemporaneidade. Esta opção teórica baseia-se na crença de que a decisão de não ter filhos é um modo de se constituir como sujeito que está permeado por relações de poder-saber que se apresentam através de diferentes dispositivos dependendo da época considerada. O segundo artigo, resultado de uma pesquisa empírica realizada com casais que declararam não desejar ter filhos, busca problematizar estes discursos diante da norma cultural que dirige a todos os casais que se constituem como tal, a delegação de ter filhos. Para discutir estes dados tomamos teóricos, também pós-estruturalistas.



## **FILHOS, PARA QUE(M)?**

Marília Rique de Souza Brito Dias

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Luciana Leila Fontes Vieira

### **RESUMO**

Este artigo teve por objetivo fazer um levantamento histórico-bibliográfico do que se entende por família, discutindo as transformações nas normas e no discurso em torno desta e do significado atribuído a ter filho(s), no Ocidente, desde o século XVI até os dias atuais. Para tanto, foi utilizado um referencial pós-estruturalista, tendo Michel Foucault como principal articulador. Utilizamos-nos de alguns conceitos foucaultianos como base para a discussão da temática: poder disciplinar (considerado um dos polos do biopoder), soberano e pastoral. Percebemos que ao longo dos séculos os discursos que direcionaram a família foram sendo modificados através dos dispositivos de poder-saber, tendo sempre em vista um melhor retorno econômico para o Estado. Para tanto, estes fizeram uso de oposições binárias que acabaram por aprisionar as pessoas a uma norma. Concluimos que movimentos de resistência persistem, partindo da norma no sentido de problematizá-la.

**Palavras-chave:** família; casais sem filhos; pós-estruturalismo.

## ABSTRACT

This article had as an objective to make a historical bibliographic survey of what is understood by family, discussing the transformations in the rules and in the discourse concerning the meaning of having children, in the Occident, since the 16<sup>th</sup> century until our actual days. For that, was utilized a poststructuralists reference, having as major articulator Michel Foucault. We used some concepts from Foucault as a base for the thematic discussion: Disciplinary power (considering one of the poles of bio power), sovereign and pastoral. We noted that along the centuries the discourses that were conducted to the family were modified through the devices of power-knowledge, having always in sight a better economical profit for the state. For that, they made use of binary oppositions that ended up imprisoning the people to a rule. We concluded that the resistance movements persist having as objective surpass the rule.

Keywords: Family; couples without children; post structuralism

## RESUMEN

Este artículo tuvo por objetivo hacer un alzamiento histórico- bibliográfico de lo que se entiende por familia, discutiendo las transformaciones en las reglas y en el discurso acerca de esta y del significado atribuido a tener hijo(s), en el occidente, desde el siglo XVI hasta los días actuales. Para eso, fueron utilizadas referencias pos-estructuralistas, teniendo Michael Foucault como principal teórico de esta articulación. Utilizamos algunos conceptos foucaultianos como base para la discusión de la temática: poder disciplinar (considerado uno de los polos del biopoder), soberano y pastoral. Percibimos que a lo largo de los siglos los discursos que direccionaron la familia fueron modificados a través de los dispositivos de poder-saber, teniendo siempre en cuenta un mejor retorno económico para el Estado. Para eso, estos usaron oposiciones binarias que aprisionaron las personas a una norma. Se concluye que movimientos de resistencia perseveran, partiendo de la norma en el sentido de sobrepasarla.

Palabras-clave: familias, parejas sin hijos, pos-estructuralismo.

### **Ter filhos através da história no Ocidente: uma visão panorâmica**

Apesar dos inúmeros estudos psicológicos e sociológicos sobre as diversas formas de família que existem na atualidade, ainda costuma-se pensar que para ser considerada uma família de fato, é necessário que um casal tenha filhos. Logo após o casamento, quer este seja formal ou informal, normalmente a expectativa social da chegada dos filhos inicia-se e a cobrança por tê-los passa a ser uma rotina na vida do casal. Porém, nas últimas décadas, é cada vez mais frequente o número de casais que decidem não ter filhos. Segundo dados do IBGE (2009), nos últimos anos, as famílias constituídas por casais com filhos vêm decrescendo, enquanto que os casais sem filhos vêm aumentando. Em 1998, estes últimos eram 13,3% e, em 2008, esse número foi para 16,7%. A pesquisa mostra, ainda, que 1,9 milhão de casais que possuem renda optam por não ter filhos.

Não se encontram muitos estudos a respeito deste tipo de arranjo familiar e, segundo Alves (2010), a razão pode ser a de que ele:

represente um caso muito particular de família que, seguindo as regras do tabu do incesto, não envolve laços de descendência ou consanguinidade (...) o tipo de família formada por um casal sem filhos tem como base uma aliança entre duas pessoas que resolvem viver juntas sob o mesmo teto e não fazem do casamento uma atividade procriativa (Alves, 2010, p.2).

Este tipo de família tem sido denominado Casais DINC, Duplo Ingresso e Nenhuma Criança (ou em inglês Double Income, No Children). São casais que vivem confortavelmente, uma vez que possuem uma dupla renda e não

têm filhos. Algumas razões são apontadas para o crescimento do número destas famílias: queda nas taxas de fecundidade, aumento da participação feminina no mercado de trabalho e redução da parcela de mulheres dedicadas exclusivamente aos afazeres domésticos.

Aparentemente existe um conflito de interesses entre as normas sociais que ditam aos casais a quase obrigatoriedade de terem filhos e esses casais que se recusam a tê-los. No entanto, um olhar mais aprofundado sobre a história da família mostra que ter ou não filhos tem significado coisas distintas no decorrer dos séculos.

Diante disto, nos dispomos, neste trabalho, a estudar o casal que não deseja ter filhos problematizando o imperativo social, “tenham filhos, cuidem deles e os amem” transmitido, através das normas culturais, a partir do século XIX.

Com esta intenção iniciamos discutindo as transformações nas normas e no discurso em torno do que deve ser uma família, no Ocidente, desde o século XVI até os dias atuais. Partindo dos textos de Perrot (1991) percebemos que no Século XVI os termos: casamento, família e filhos não tinham o mesmo sentido que lhes são atribuídos no mundo de hoje. Através de um resgate histórico fica claro que o modelo burguês constituído por pais heterossexuais e filhos, nem sempre predominou.

Assim, temos que do Século X ao Século XVIII, na Europa, tivemos vários regimes monárquicos. Nestes tipos de configurações sociais, a vontade do rei era absoluta, o poder denominado soberano era centrado nas mãos deste, bem como, as normas jurídicas. O importante era a ocupação e a

conquista de terras, a obediência dos súditos e o pagamento de tributos por parte destes. Como ressalta Foucault (2008):

O território pode ser fértil ou estéril, a população densa ou escassa, seus habitantes ricos ou pobres, ativos ou preguiçosos, etc., mas estes elementos são apenas variáveis com relação ao território, que é o próprio fundamento do principado, da soberania (Foucault, 2008, p. 282).

Neste tipo de constituição social, até o Século XVIII, o casamento era uma união entre homem-mulher que deveria existir tendo em vista a procriação, o que garantia a perpetuação da família e, nas famílias abastadas, o destino das posses e das terras. Era a considerada família patriarcal. Esta família costumava se formar a partir de uma negociação entre os patriarcas com relação ao casamento de seus filhos.

Muito comumente os documentos históricos relatam que nestas uniões, por uma forte influência judaico-cristã, a concepção deveria ser o principal foco do casal, não o prazer sexual. Para Foucault (2006) faz-se importante problematizarmos tais documentos, pois, apesar de serem fortemente atribuídos ao Cristianismo os princípios morais da monogamia, da prática do ato sexual apenas visando à procriação e a desqualificação do prazer sexual; todos estes direcionamentos morais já eram preconizados em algumas sociedades antigas. Assim, o que pode e deve ser atribuído ao Cristianismo é a incitação de discursos e técnicas normativas, isto é, tais princípios foram fortalecidos e distorcidos pelo Cristianismo, como pode ser observado no texto de São Francisco de Sales (citado em Foucault, 2006):

Um elefante jamais troca de fêmea e ama ternamente aquela que escolheu, com a qual, no entanto, somente acasala de três em três anos, e somente por cinco dias e de maneira tão secreta que ninguém jamais o viu nesse ato. No entanto, ele é visto claramente, quando, no sexto dia, antes de qualquer coisa, vai diretamente para um rio, no qual lava todo o seu corpo, sem querer de forma alguma retornar à manada antes de estar purificado (São Francisco de Sales em Foucault, 2006, p. 97)

Neste momento histórico, ter filhos era sinônimo de uma constituição natural familiar e a principal finalidade do casamento e do exercício da sexualidade. Nesse modelo familiar, ao homem cabia o sustento do lar e à mulher o cuidado deste e dos filhos (Osório, 2002). É válido ressaltar que o período patriarcal, por ser fortemente marcado pelas características da monarquia, traz em seu cerne uma figura de autoridade que deve ser respeitada, neste caso, o homem/ esposo/ pai que se mantinha numa posição de chefe da família.

Com relação aos filhos, nas famílias abastadas eles deveriam dar seguimento às propriedades e bens familiares, e, de uma forma geral, aprender o desempenho de uma função; as meninas eram instruídas a serem excelentes donas de casa e os meninos, aprendiam o ofício da família. Ao observarmos o livro organizado por Perrot (1991) notamos que as gravuras revelam crianças vestidas como adultos e ajudando seus pais nos afazeres. Era a chamada educação pela aprendizagem de um ofício (Ariès, 1981).

Dada a precariedade existente na época com relação aos cuidados com a higiene e a saúde era comum um elevado índice de nascimentos, bem como um elevado número de mortes das crianças. Sobre isto, Ariès (1981) comenta:

A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade. (...) Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato. (Ariès, 1981, p. 10).

Assim, as crianças - quando conseguiam sobreviver ao parto e às demais doenças comuns na época de levarem-nas a óbito - eram criadas em meio ao mundo adulto, já que as relações familiares ainda não tinham como preceito o que ficou denominado posteriormente como privacidade. Para Foucault (2003), neste momento, existia uma familiaridade para com o que é hoje considerado ilícito, pois as crianças conviviam livremente com os adultos, sem pudores. “As pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho impudico” (Ariès, 1981, p. 10).

Com relação ao espaço físico, era natural que várias pessoas (entre elas, as crianças) compartilhassem o mesmo espaço, pois não havia divisórias entre os quartos, assim como, era comum morarem, na mesma residência, serviçais e familiares extensos (Perrot, 1991).

Outro dado relevante é que o fato de conceber um filho não era tido como o mesmo que criá-lo. A criação dos filhos durante os primeiros anos de vida, principalmente nas famílias mais abastadas, era muitas vezes delegada a



amas de leite. Sobre isso Mansur (2003) comenta: “muitas crianças morreram sem conhecer a mãe, aquelas que voltaram anos mais tarde, encontraram uma estranha que lhes deu a luz” (Mansur, 2003, p.28).

Apesar de que na soberania real o poder centra-se nas mãos do rei, Foucault nos orienta a atentar para as táticas de dominação e sujeição presentes em todas as relações (Foucault, 2008).

A partir do Século XVI, segundo este mesmo autor (2008) aparecem mudanças no discurso sobre a arte de governar. Segundo Foucault, este século é marcado por dois processos: 1. Superação da estrutura feudal, iniciando-se os estados territoriais, administrativos e coloniais; 2. Surgem questionamentos do modo como se deseja ser espiritualmente dirigido para alcançar a salvação. Isto aparece como consequência da Reforma e Contra-Reforma.

Em meio a tais fenômenos, começa a haver um movimento anti-Maquiavel, escritor do livro ‘O príncipe’. Passa-se a refletir sobre o que é um bom governo, este agora é visto como o saber governar a si, a sua alma, a sua família e às suas crianças. Dessa maneira, inicia-se uma possibilidade de pensar a vida sem a centralização do poder nas mãos do rei. Nesta literatura o governante são as pessoas: “o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo” (Foucault, 2008, p. 280).

Porém, só a partir do fim do Século XVII, tal arte de governar é posta em prática, a figura do rei decai e, com ele, o poder soberano. Segundo Foucault, a teoria da soberania serviu para a formação histórica do poder disciplinar. Ela foi importante, pois desempenhou quatro papéis fundamentais: 1. Contribuiu para

o estabelecimento do sistema feudal; 2. Para a constituição das monarquias administrativas; 3. Serviu como instrumento da luta política nos séculos XVI e XVII e 4. Contribuiu para a formação das monarquias parlamentares (Castro, 2009)

Sobre o 'poder' e 'saber' percebemos que eles sofrem modificações quando comparamos o sentido que possuíam na Época Clássica e nas antigas teorias. Na Antiguidade, a concepção era a de que as pessoas eram conduzidas por homens (o príncipe ou o rei) que detinham um poder considerado divino, o qual era consequência da vontade de Deus, havia um temor a Deus e, conseqüentemente, ao rei. Com a era moderna, o Estado torna-se um fim em si mesmo, um novo saber é disseminado, um saber científico que embasa e justifica a nova intervenção estatal e que é proliferado através de técnicas de poder saber (Castro, 2009).

Com a "morte do rei" e o predomínio do capitalismo, o biopoder adentra o corpo social. Para Foucault (2003), "ele é aquilo que faz entrar a vida e seus mecanismos no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana (..)" (Foucault, 2003, p.113)

Faz-se importante destacarmos o modo como a inserção do biopoder, e com ele, o Movimento Higienista, ocorreu no Brasil. Até o Século XVIII, as cidades tinham sido praticamente abandonadas por Portugal, os colonos eram os responsáveis por ocupar os territórios brasileiros. Enquanto o interesse desses colonos fosse idêntico ao interesse político e econômico do reino, tudo estava de acordo. Porém, o que aconteceu nas cidades foi a falta de ordem colonial; o reino, por sua vez, passou a fazer uso de punições severas como formas de coibir as transgressões, mas, tais práticas, deram poucos resultados.

O motivo disto foi que tanto a justiça quanto a polícia se limitaram a punir (Costa, 1999).

Uma forma encontrada de implicar a população no controle da própria população foi proporcionando a uma parcela desta o acesso ao exército, estratégia que deu certo, temporariamente, mas que também fracassou, pois a manutenção desta parcela no exército era por um curto período e assim, eles acabavam por retornar aos velhos hábitos indisciplinados. (Costa, 1999)

Segundo o referido autor o problema da Colônia estava também relacionado à divisão do poder político entre o Estado, as famílias e o Clero. A resolução de tal situação começou a acontecer na metade do Século XVIII com a expulsão dos jesuítas e a abdicação de Dom Pedro I. Agora, o Estado Nacional, representante da política agrária, se deparava com um impasse: 'Como ordenar o meio urbano?' A resposta foi a inserção da medicina higiênica no governo político dos indivíduos. Segundo Costa (1999, p. 28), "a higiene congregou harmoniosamente interesses da corporação médica e objetivos da elite agrária"; dentre elas, a necessidade da propagação do amor à pátria, instalação do nacionalismo.

Esta higienização visava a 'reeuropeização' dos costumes, por este motivo perceberemos no decorrer do texto certas semelhanças entre o que se passou no Brasil e na Europa, principalmente porque o Brasil era colônia de Portugal. Teremos no Brasil, a partir do Século XIX, a casa como representante do privado, a mulher como cuidadora da criança, a higienização da família, a disciplina do corpo infantil - tendo a criança como centro da intervenção familiar - entre outros fenômenos, com uma exceção entre o Brasil Colônia e a Europa como um todo: o movimento higienista no Brasil tinha por destinatário as

famílias de elite, enquanto aos pobres e escravos lhes restavam as práticas punitivas, diferentemente daquilo que ocorria na Europa em que os pobres eram, ao menos, alvo da filantropia. "A camada dos sem-família vai continuar entregue à polícia, ao recrutamento militar ou aos espaços de segregação higienizados como prisões e asilos (Costa, 1999, p.33).

Para Foucault, existem dois polos do biopoder que formam as tecnologias de poder: 1. Pela primeira vez, a espécie humana é encarada enquanto objeto da atenção política sob uma forma consistente e segura; 2. O corpo humano como um objeto a ser manipulado, um corpo dócil, que concede um retorno produtivo para o estado, através do poder disciplinar (Rabinow & Dreyfus, 1995).

O poder disciplinar é uma forma de poder que faz uso das ciências como maneira de intervir socialmente, incitando discursos e práticas 'comprovadas cientificamente'. Segundo Rabinow e Dreyfus (1995, p. 149) "A tecnologia da disciplina desenvolveu-se e foi aperfeiçoada em fábricas, casernas, prisões e hospitais; em cada um destes lugares, o objetivo geral era um 'aumento paralelo de utilidade e docilidade' dos indivíduos e da população". Para tanto, foi necessário fazer uso da família como instrumento de controle da população, ou seja, era através da família que as normas e discursos adentravam no corpo social.

Esboça-se o projeto de uma tecnologia da população: estimativas demográficas, cálculo de pirâmides das idades, das diferentes esperanças de vidas, das taxas de morbidade, estudo do papel que desempenham um em relação ao outro, crescimento das riquezas e da população, diversas incitações a casamento e à natalidade,

desenvolvimento da educação e da formação profissional (Foucault, 2008, p.198).

Um exemplo do uso das ciências como estratégia política e da família como instrumento deste poder disciplinar foi a manutenção da mulher no lar. Observa-se na França, devido a um elevado número de mortes de crianças por subnutrição e por asfixia, que o governo, visando questões econômicas, políticas e sociais, instaura, a partir de 'comprovações científicas', um discurso sobre a importância das mães serem, elas próprias, cuidadoras de seus filhos. Como é ressaltado por Mansur (2003, p.30): "A ideologia do sacrifício e do devotamento materno é sustentada pelo discurso literário, religioso, político e educativo da época (...)". Com isto, se institui um novo valor, o amor materno e o instinto materno. Logo, a mulher passou a ver não apenas na procriação, mas, no ato de amamentar e cuidar dos seus filhos, sua função primordial.

Assim, se por um lado os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade eram valorizados devido à eclosão da Revolução Francesa, por outro, estes visavam especificamente o sujeito no masculino. Para Rabinow e Dreyfus (1995, p. 150) "sempre que há um progresso inquestionável em termos de representação política e de igualdade nas instituições do Estado, é porque as disciplinas garantiram que todos os membros da sociedade não fossem iguais nem igualmente poderosos".

Para Foucault (2008) não se trata de saber qual é o poder que age do exterior para a ciência, mas que efeitos de poder circulam sobre o enunciado científico. Logo, percebemos dois movimentos aparentemente contraditórios presentes no discurso e na ação social da época: tornar as pessoas dignas de serem tratadas como iguais, possuidoras de direitos e livres *versus* caracterizar

a mulher como alguém repleta de faltas e falhas no seu corpo, tais como, ter um cérebro menor, maior propensão a desenvolver doenças dos nervos e quadris largos que a destinam à procriação. Tudo isto corrobora uma visão de que seu lugar é no mundo privado exercendo os papéis de dona de casa e procriadora.

Paralelamente ao poder disciplinar, um poder denominado pastorado ganha força. O que caracteriza tal poder é que diferentemente do poder político tradicional - o poder do rei que é exercido sobre um território - ele é exercido por um pastor e se direciona a uma multiplicidade de indivíduos, este pastor incita o discurso de que tem como preceito fazer o bem àqueles de quem cuida, sacrificando-se por suas ovelhas. Para tanto, o indivíduo tem que ir atrás de sua salvação, caso contrário, será punido. A forma de alcançar a salvação é aceitando a autoridade de um outro (o padre que representa Deus) e revelando para este cada ação ou pensamento através da confissão. Sobre a confissão Foucault destaca:

O pastor cristão, para exercer sua tarefa de pastor, deve saber, é claro, tudo o que fazem suas ovelhas (...) mas ele deve também conhecer o que se passa na alma, no coração, no mais profundo dos segredos dos indivíduos (Foucault, 2006, p.69).

Os discursos da verdade passam a ser aqueles baseados nas ciências e aqueles preconizados pela Igreja. Logo, as mudanças ocorridas a partir do século XVIII “preescreveram novas regras noso-políticas” (Foucault, 2008, p.194). Neste contexto, a infância passa a ser privilegiada, pois a nova conjugalidade é aquela que congrega pais e filhos. A família, agora, não deve ser apenas um sistema de parentesco, deve-se tornar algo que “envolva,

mantenha e favoreça o corpo da criança” (Foucault, 2008, p.199). Torna-se medicalizada, higienizada, controlada.

Na época o importante era a reorganização das relações entre criança e adultos, pais, educadores, era a intensificação das relações intrafamiliares, era a criança transformada em problema comum para os pais, as instituições educativas, as instâncias de higiene pública, era a criança como semente das populações futuras (Foucault, 2008, p. 232)

Temos, portanto, o nascimento da família burguesa. Nesta, a criança deixou de ser insignificante, para ocupar o centro da constituição familiar. Os filhos, agora em menor número, devem ser amados e desejados, cuidados e adorados (Ariès, 1981).

A escola confiscou uma infância outrora livre num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou no enclausuramento total do internato. A solicitude da família, da Igreja, dos moralistas e dos administradores privou a criança da liberdade que ela gozava entre os adultos. Infligiu-lhe o chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixas. Mas esse rigor traduzia um sentimento muito diferente da antiga indiferença: um amor obsessivo que deveria dominar a sociedade a partir do século XVIII. (Ariès, 1981, p. 278).

Adota-se um vigia para o corpo social. É dito aos pais como devem criar seus filhos, o que pode ou não ser feito. O médico e demais profissionais da saúde são tidos como os detentores do saber. Um exemplo de pessoas que passaram a ocupar o lugar de vigias do corpo social foram os agentes chamados de a polícia/política do corpo: higienistas, inspetores, instituições

(escolas, hospitais, família, instituições asilares), médicos, psicólogos e assistentes sociais (Foucault, 2008).

Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. (...) A família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges. (Ariès, 1981, p. 11-12).

Tal exercício de polícia visa preservar, manter e conservar a força de trabalho. Social e economicamente não basta a existência dessa força, ela deve ser útil e de qualidade dado que a Revolução Industrial passou a ocorrer. Assim, fica claro a que servia o modelo nuclear de família burguesa: não bastava o nascimento de crianças, eram necessárias crianças que viessem a se tornar produtivas para o Estado (Foucault, 2008).

Não apenas as crianças foram alvo de tal policiamento; a família, as instituições asilares, fábricas, presídios, entre outros, também o foram. O olhar dos vigias era direcionado a cada indivíduo. Foucault acredita que a estrutura do panóptico criado por Jeremy Bentham no fim do século XVIII, representa bem a passagem do poder soberano para o poder disciplinar. A arquitetura do panóptico possibilita que uma pessoa ocupe o centro e deste visualize tudo o que ocorre ao seu redor para controlá-lo apenas com o olhar. Este instrumento passou a ser utilizado nas prisões, nos hospitais, em diversos projetos arquitetônicos, incluindo também escolas militares.

A estrutura do panóptico difere da necessidade de manifestar poder, divindade e força, típicos dos palácios, fortalezas e igrejas, sendo comum



comparar esses lugares à escuridão, sombra e segredos. A revolução política e econômica que sustenta a estrutura do panóptico traz exatamente o contrário: a total visibilidade. As pessoas sabem que estão sendo vigiadas, logo:

Sem necessitar de armas, violências físicas, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo (Foucault, 2008, p. 218).

É importante destacar que apesar da eficácia desta vigilância existem os movimentos de resistências. Não se deve crer que as pessoas são tábulas rasas e passivas aos discursos e práticas. Como destacam Foucault e Perrot (2008), no texto “O olho do poder”, a própria estrutura do panóptico de Bentham foi extremamente criticada pelos operários, “houve revoltas contra o olhar” (p.225). Para os autores, sempre haverá formas de escapar às malhas da rede do poder.

Os séculos XIX e XX foram, portanto, os séculos das resistências e estas tiveram efeitos, também, sobre a instituição familiar. Ocorreram movimentos de liberação sexual que questionaram as prescrições feitas à mulher, principalmente pelas mulheres que compunham o chamado Movimento Feminista – Movimento filosófico, político e social que buscou a igualdade de direitos entre homens e mulheres, a partir do Século XIX. É importante destacar que este movimento é dividido em três "ondas".

O surgimento deste pensamento de igualdade entre os sexos é marcado pela primeira onda. Esta se referia principalmente à luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto, o sufrágio

universal. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado (Narvaz & Koller, 2006). No Brasil este movimento teve início desde a Proclamação da República, em 1890 e se estendeu até 1934 quando o direito ao voto foi estendido às mulheres. Além do direito ao voto havia várias outras reivindicações, tais como direito à educação, a condições dignas de trabalho e o direito à docência. Porém, é importante destacar que desde seu início o movimento feminista nunca foi homogêneo. Havia, pelo menos, três tendências: um feminismo liberal ou burguês que lutava pelo direito ao voto e pelo acesso ao ensino superior; um feminismo aliado aos movimentos socialistas que lutava pela formação de sindicatos e melhoria das condições de trabalho e de salário; e um feminismo anarquista que lutava pelo direito de decidir sobre o próprio corpo e sua sexualidade (Louro, 2003).

A segunda onda centrou-se nos movimentos de liberação feminina iniciados na década de 1960, que lutavam pela igualdade legal e social para as mulheres. As feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada. Introduz-se, assim, a noção de equidade e paridade no debate igualdade-diferença dentro dos movimentos feministas. Paralelamente, outro marco desta década foi o uso da pílula anticoncepcional, esta proporcionou à mulher exercer sua sexualidade sem estar atrelada ao casamento, e a decidir se e quando gerar filhos (Coelho, 2005; Narvaz & Koller, 2006).

A terceira onda, por sua vez, data dos anos 80 e é fortemente influenciada pelo pensamento pós-estruturalista que predominava na França, especialmente pelo pensamento de Michel Foucault e de Jacques Derrida. A ênfase é a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina. Nesta terceira fase do movimento feminista, observa-se a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, quando começam a ser criados nas universidades, centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos. Há uma superação do binarismo de dois sexos e dois gêneros, o gênero passou a ser entendido como relação política, que ocorre num campo discursivo e histórico de relações de poder. Gênero é considerado uma construção social, uma invenção (Narvaz & Koller, 2006).

Outro movimento de liberação sexual foi a luta dos homossexuais. Inicialmente objeto de estudo e intervenção por parte de psiquiatras, tais pessoas eram percebidas como delinquentes e libertinos que deveriam ser curados. Alguns homossexuais resolveram desafiar as determinações e comprovações científicas sobre eles próprios.

Está certo, nós somos o que vocês dizem, por natureza, perversão ou doença, como quiserem. E, se somos assim, sejamos assim e se vocês quiserem saber o que nós somos, nós mesmos diremos melhor do que vocês. Toda uma literatura da homossexualidade, muito diferente das narrativas libertinas, aparece no final do século XIX: veja

Wilde ou Gide. É a inversão estratégica de uma “mesma” vontade de verdade (Foucault, 2008, p. 234)

Fica claro, assim, que o poder disciplinar não perdura da mesma maneira. As comprovações científicas se tornaram, a cada dia, questionadas e mutáveis. Segundo Foucault (2008), as guerras mundiais serviram também como um exemplo para a civilização do que o mau uso da ciência pode acarretar, “o fascismo e o stalinismo – estes dois sobre- poderes – estão na origem da inquietude política de nossas sociedades atuais” (Foucault, 2008, p.238)

Além disso, os movimentos de lutas e de oposição também influenciaram as mudanças dos valores. Estes possibilitaram mudanças de práticas e posturas em todos os âmbitos (no exercício da sexualidade, de expressão, de profissão, de prazer, de amor, entre outros).

Em meio a tantas modificações e permanências, o casamento não se realiza mais a partir das normas fundantes da era moderna. Constitui-se como uma eterna construção e desconstrução de laços, “é certo que a família nuclear não pode mais ser considerada uma base sólida para construção identitária”. (Arán, 2003, p. 402). A mulher não mais limitou sua atuação ao espaço privado, e o homem não mais se deteve ao espaço público, um misto e uma transição de papéis e funções foram inaugurados. Este novo cenário abriu as portas para a possibilidade de formação de novos arranjos familiares e, dentre eles, a escolha por não ter filhos.

Percebe-se, então, que a família sempre existiu, porém nunca como algo estático e sim como consequência e também formadora do momento político, social e econômico de cada sociedade e do seu contexto histórico. Através de

dispositivos de verdade se foi, ao longo dos tempos, positivando determinadas formas de pensar e de agir em sociedade. “O dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam” (Foucault, 2008, p.246)

Em pesquisa, realizada no Brasil (Barros, Alves & Cavenaghi, 2008), foi constatado que o casal que opta por não ter filhos tem o seguinte perfil: são pessoas instruídas; ocupam posições elevadas no trabalho; ambos trabalham e possuem uma renda geralmente maior do que a dos outros arranjos familiares; muitos ocupam cargos no serviço público e militar; costumam residir em apartamento com boa infraestrutura localizado em zona urbana.

Sendo assim, comumente se cai na pergunta-armadilha: Se este casal possui condições econômicas e não é infértil, por que optou por não ter filhos? Ao fazermos tal pergunta estamos reforçando o modelo idealizado e tomado como referência da família burguesa. Como é ressaltado por Alves (2005, p.1):

Exatamente por considerar os filhos uma coisa natural, a sociedade vê com muita desconfiança e um certo grau de rejeição as pessoas que optam por não ter filhos. Evidentemente, existem as pessoas que não têm filhos por problemas de saúde ou infertilidade e, nestes casos, a sociedade trata com comiseração. Porém, as pessoas saudáveis e férteis que optam pela não procriação e os casais sem filhos (biológicos ou adotados) são taxados de egoístas e precisam se justificar o tempo todo, para a família, amigos, vizinhos e colegas de trabalho.

Dessa forma, os casais que não tem filhos por opção são muitas vezes percebidos como indo de encontro ao normal, ao esperado de uma vida

em comunidade. Logo, apesar de sabermos que hoje ter filhos tornou-se uma opção, esta não é livre das teias de poder e verdade. Faz-se importante levarmos em consideração aquilo que é denominado por Foucault de “regime discursivo”, ou seja, “os efeitos de poder próprios do jogo enunciativo” (Foucault, 2008, p. 4). Aquilo que é dito e embasado cientificamente acaba por se instaurar como verdade e acaba por “amarrar” os indivíduos a tal concepção. Tal amarra, por mais que seja questionada e aos poucos quebrada, ainda continua a permear o senso comum por muito tempo. Um exemplo disto são as visões que ainda perduram sobre as performances de gênero, os casamentos homoafetivos e as novas configurações familiares de uma maneira geral. Como ressalta Foucault (2008): “Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha ao ‘compasso da verdade’ - ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por este motivo poderes específicos” (Foucault, 2008, p. 231). Porém, faz-se importante destacar que os discursos de verdade podem e são enfraquecidos a todo o momento, a própria sociedade sente necessidade de mudanças e aquilo que era verdade aos poucos deixa de ser da ordem de uma verdade absoluta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste resgate histórico-bibliográfico fica claro que ao longo dos séculos os discursos direcionados à família foram sendo modificados. As ciências, a igreja, a política, a economia, entre outros dispositivos de poder-saber, sempre ‘trabalharam’ no intuito de “um bem maior”, aquilo que traria melhor retorno econômico para o Estado. Porém, para tanto, se utilizaram, o que continua acontecendo, ainda hoje, de oposições binárias que acabam por aprisionar as pessoas a uma norma, a um ideal a ser seguido. Assim, se por um “bem maior” incitam determinados discursos, por outro, pessoas que não seguem tal e qual o discurso normatizador e normalizador acabam por viver à sua margem.

Os casais que não desejam ter filhos, assim como outras configurações familiares emergentes na atualidade, são objeto deste tipo de discurso, denominadas como diferentes, como de “fora”, como corpos ininteligíveis. Apesar disso, como destaca Foucault, “onde há poder, há resistência” e, foi devido aos movimentos de luta e resistência às normas que hoje se tornou possível problematizá-las. Porém, é preciso considerar que as normas operam dentro das práticas sociais e, assim, estar fora das normas é, de certa forma, se constituir a partir delas.

Como destaca Arán (2003), o problema hoje é saber “como dançar e lutar ao mesmo tempo” (p.416). A autora utiliza tal frase no intuito de encontrar possibilidades de superação do modelo da diferença/dualismo sexual. Nossa intenção é fazer uso de tal frase com o intuito de que o papel do intelectual continue a ser praticado. Parafraseando Foucault (2008), este intelectual deve

ser um destruidor de evidências e das universalidades; deve indicar os pontos fracos, as brechas, as linhas de força; deve ser aquele que contribui no lugar em que está, de passagem, a colocar a questão da revolução, se ela vale a pena e de que maneira. Concordando com o referido autor, cremos que: “o problema não é mudar a consciência das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção de verdade” (Foucault, 2008, p. 14).



## REFERÊNCIAS

Alves, J. E. (2005). Os sem herdeiro: as mulheres e os homens que optam por não ter filhos. Em: *Revista Época*, Edição 373, Julho.

Alves, J.E.D. (2010). DINC: sem filho e com dupla renda. Em: *Portal ecod debate: cidadania e meio ambiente*. <http://www.wcodebate.com.br/2010/06/22/dinc-sem-filho-e-com-dupla-renda-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves>

Arán, M. (2003). Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea: Em: *Estudos Feministas* (Florianópolis), 11(2), 360, julho-dezembro.

Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.

Barros, L. F. W., Alves, J. E. D. & Cavenaghi, S. (2008) *Novos arranjos domiciliares: condições socioeconômicas dos casais de dupla renda e sem filhos (DINC)*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu, MG, Brasil. Acesso em 29/05/2009.

Castro, E. (2009). *Vocabulário de Foucault: um percurso sobre seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Cavalcanti, R. A. (2010). *Corpos reinventados: a questão dos gêneros em Freud*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

Coelho, S. V (2005). A transformação da família no contexto brasileiro: uma perspectiva das relações de gênero. Em: J. G. Aun, M. J. E. Vasconcellos & S. V. Coelho (Orgs). *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais*. (pp.152-164). Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa.

Costa, J.F. (1999). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (2003). *História da sexualidade. Volume 1. A vontade de saber*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal.

Foucault, M. (2006). *Foucault: ética, sexualidade, política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2008). *Microfísica do poder*. 26ª ed. São Paulo: Editora Graal.

IBGE (2009) [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1476&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1476&id_pagina=1), capturado em 07 de fevereiro de 2011.

Innerarity, D. (1990). *Dialética de la modernidad*. Madri: RALP

Mansur, L. H. B. (2003). *Sem filhos: a mulher singular no plural*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Mantovani, F. (2007). Cada vez mais casais decidem não ter filhos. *Folha de São Paulo On line*. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u347886.shtml>, p.1-4.

Narvaz M. G, Koller S. H.(2006). *Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política*. *Psicol. estud.* vol.11 no.3 Maringá Sept./Dec.

Osório, L. C & Valle, M. E. (2002). Dinâmica das relações conjugais: uma visão contemporânea. Em: L. C Osório & M. E. Valle (Orgs); *Terapia de famílias. novas tendências* (pp.9-16). Porto Alegre: Artmed Editora.

Perrot, M. (1991). Figuras e papéis. Em P. Ariès & G. Duby (Orgs). *História da vida privada, da revolução francesa à primeira guerra (121-186)*. Vol 4. São Paulo: Companhia das Letras.

Peters, M. (2000). *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. Uma introdução*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica.

Rabinow, P & Dreyfus, H. (1995). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.

## OS DESVIANTES DA NORMA? UM ESTUDO COM CASAIS QUE DECIDIRAM NÃO TER FILHOS

Marília Rique De Souza Brito Dias

Maria Cristina Lopes De Almeida Amazonas

Luciana Leila Fontes Vieira

### RESUMO

Este estudo investigou um fenômeno emergente no Brasil e no mundo: os casais que não desejam ter filhos. Partimos de um referencial pós-estruturalista tomando autores como Foucault, Butler, Arán, entre outros. Foram entrevistados quatro mulheres e três homens, sendo três casais e uma mulher, cujo marido recusou-se a ser entrevistado. Todos os participantes não tinham filhos e não pretendiam tê-los. Os resultados apontaram casais que se constituem numa permanente luta em relação a um discurso normativo e normalizador. As mulheres, mais que os homens, se sentem desviantes da norma por não possuírem o desejo de procriar e o “instinto materno”. Os homens, por sua vez, demonstraram menor inquietação ao falar sobre a temática, talvez porque o ter filhos ainda seja associado e cobrado mais à mulher. Concluímos que apesar dos avanços no que diz respeito aos movimentos de luta e resistência à norma sobre o que é família hoje, o modelo de família burguesa ainda encontra-se extremamente arraigado no discurso social atual.

**Palavras-chave:** casais sem filhos; norma; diferença.

## ABSTRACT

This study investigated an emerging phenomenon in Brazil and in the world: The couples do not wish to have children. We employ a poststructuralist reference, using authors as Foucault, Butler, Arán, and others. Four women and three men were interviewed; three were couples and one woman, whose husband refused to be interviewed. All participants did not have children and did not pretend to have. The results pointed out that the couples are in a permanent struggle against a discourse that rules. The women, more than men, feel that they are diverting from the rule by not having the desire to have children and the “maternal instinct”. Men, on the other hand, showed less restlessness in speaking about the thematic, maybe because having children still is associated and charged to the women. We concluded that despite advances in relation to the struggle and resistance movement the rule upon what the family is nowadays, the model of the bourgeois family is still extremely rooted in the actual social discourse.

Keywords: Couples without children; rule; difference.

## RESUMEN

Este estudio investigó el fenómeno emergente en Brasil y en el mundo: las parejas que no desean tener hijos. Partimos de referencias teóricas pos-estructuralistas usando autores como Foucault, Butler, Arán, entre otros. Fueron entrevistados cuatro mujeres y tres hombres, siendo tres parejas y una mujer cuyo esposo se recusó a hacer la entrevista. Todos los participantes no tenían hijos y no querían tenerlos. Los resultados enseñaron parejas que se constituyen en una permanente lucha en relación a un discurso normativo y normalizador. Las mujeres, más que los hombres, se sienten más desafiadoras de la norma ya que no poseen el deseo de procrear y el “instinto materno”. Los hombres, a su vez, evidenciaron una menor preocupación al hablar sobre la temática, quizás por el hecho de tener hijos estar aún más relacionado a la mujer. Concluimos que, a pesar de los avances que se refieren a los movimientos de lucha y resistencia a la norma sobre lo que es la familia hoy en día, el modelo de familia burguesa todavía se encuentra demasiadamente arraigado en el discurso social actual.

**Palabras-clave:** parejas sin hijos; norma; diferencia.

*“A gente não se liberta de um hábito atirando-o pela janela: é preciso fazê-lo descer a escada degrau por degrau” (Mark Twain)*

O presente trabalho buscou problematizar um fenômeno emergente na contemporaneidade: os casais que optam por não ter filhos à luz de um imperativo social que lhe ordena que tenham filhos. Partimos do pressuposto de que o desejo de ter, ou não, filhos não está imune ao discurso social que dita como deve ser um casamento e qual a finalidade do exercício da sexualidade. Butler (2006) afirma que o sentido de nós mesmos como humanos está ligado ao desejo de reconhecimento, e que esse “desejo nos posiciona fora de nós mesmos, em um reino de normas sociais que não escolhemos totalmente, mas que proveem os horizontes e os recursos para qualquer tipo de sentido da escolha que tenhamos” (p.57). E, na medida em que o desejo está implicado nas normas sociais, ele está ligado à questão do poder. As normas são códigos de operações de poder, este funciona na e através das normas e emerge na linguagem, na imagem, na ação (Butler, 2006).

Assim, para examinar nosso problema, tomamos os estudos pós-estruturalistas, principalmente, Michel Foucault e sua visão da história, da sexualidade e do poder, porém, como ele próprio afirma, estes temas estarão a serviço da compreensão de um tema principal em sua obra: “o modo pelo qual um ser humano torna-se ele próprio um sujeito” (Dreyfus, Hubert & Rabinow, 2010, p.274). Além de Foucault, outros autores, tais como Butler, Arán, Louro, entre outros, nos ajudarão nesta caminhada.

Para Foucault (2010) há dois significados para a palavra sujeito: 1) aquele que está sujeito ao outro pelo controle e dependência; 2) sujeito à sua

própria identidade e autoconhecimento. Em ambos os significados, diz o autor, há uma sugestão de poder que subjuga e sujeita (Dreyfus, Hubert & Rabinow, 2010).

Este autor nos aconselha a “ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos” (2008, p. 7). A partir de uma perspectiva pós-estruturalista, ele considera a história como não linear, e diz que fenômenos aparentemente contraditórios ocorrem paralelamente em um duelo de forças.

Se considerarmos a história da família, verificaremos que o lugar de uma criança nessa instituição sofreu transformações diversas vezes ao longo de toda a trajetória da humanidade. O sentido atribuído a um filho não é o mesmo se levarmos em conta, por exemplo, a família medieval e a família moderna (Ariès, 1981). A chegada da modernidade provocou uma verdadeira reviravolta na família que se tornou “o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre os pais e filhos (...)” (Maisons-Laffitte, 1981, p. 11).

Foucault (2008, p. 4) questiona: “como é possível que se tenha em certos momentos e em certas ordens de saber, estas mudanças bruscas, estas precipitações de evolução, estas transformações que não correspondem à imagem tranquila e continuísta que normalmente se faz?” Ele próprio dá suporte a uma possível explicação para esse fenômeno quando considera que não existe linearidade no desenvolvimento histórico e o que se deve considerar são as relações de força, os discursos defendidos, os desenvolvimentos de estratégias e de táticas. A história deve ser analisada através da “relação de poder e não de sentido” (Foucault, 2008, p.5).



Para exemplificar, basta atentar para as táticas de dominação que permearam as formas de governo na Europa: do século X ao XIV tínhamos uma monarquia feudal, assim o discurso dominante era referente à terra e a seus produtos, a bens e riquezas, taxas e obrigações. Neste momento histórico era vantajoso ter muitos filhos, pois eles significavam mão-de-obra para trabalhar a terra (Ariès, 1981).

Posteriormente, tomou lugar uma monarquia absoluta ou absolutismo (XVI a XVIII) onde a vontade do rei era lei e este era considerado a imagem de Deus na terra, conseqüentemente, tinha poder absoluto. O poder existente era o da soberania, ou seja, o sistema jurídico era essencialmente baseado em suas vontades e isso trazia em si a obrigação legal da obediência dos súditos (Foucault, 2008). O corpo do rei simbolizava a lei, a verticalização e a centralização do poder. Este deveria ser temido, respeitado e obedecido. Tinha o poder de punir e castigar publicamente, “o delito era considerado uma ofensa e um desafio à soberania do rei, ao corpo do rei” (Foucault, 2008, p 22).

Nesta época, ao pai, imagem e semelhança do rei, também era conferido um poder absoluto sobre a mulher e os filhos. Perrot, citada por Ariès (1981, p. 146) diz:

Enquanto se enfraqueciam os laços de linhagem, a autoridade do marido dentro de casa tornava-se maior e a mulher e os filhos se submetiam a ela mais estritamente. Esse movimento duplo, na medida em que foi o produto inconsciente e espontâneo do costume, manifesta sem dúvida uma mudança nos hábitos e nas condições sociais (...)

Ariès acrescenta: “Passara-se, portanto, a atribuir à família o valor que outrora se atribuía à linhagem. Ela torna-se a célula social, a base dos Estados, o fundamento do poder monárquico” (Ariès, 1981, p. 146).

Apesar de que na soberania real o poder aparenta localizar-se apenas nas mãos do rei, Foucault nos orienta a atentar para as táticas de dominação e sujeição presentes em todas as relações; não devemos crer que o rei reinava de maneira absoluta sem que existissem movimentos de resistência. Essa possibilidade de resistência indica, na visão desse autor, que há positividade no poder. Para ele, não há relação de poder sem resistência, poder e resistência são reciprocamente

(...) uma espécie de limite permanente de ponte de inversão possível  
(...) para uma relação de poder, a estratégia de luta constitui, ela também, uma fronteira: aquela onde a indução calculada das condutas dos outros não pode ultrapassar a réplica de sua própria ação (Foucault, 1995/2010, p.294).

Assim, é importante observar “não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social” (Foucault, 2008, p. 181).

Um exemplo de resistência foi a burguesia, classe média em ascensão que inicialmente apoia o rei, porém que a partir do século XVIII se fortalece e, com o intuito de participar das decisões do governo, passa a defender o parlamento.

A figura do rei decai e, com ele, cai o poder soberano, inaugurando um período marcado pela descentralização do poder. Agora o poder é horizontal,

em rede, o indivíduo além de ser efeito do poder, também tem poder, é o denominado biopoder.

O poder, a partir do século XVII, organizou-se em torno à vida, sob duas formas principais que não são antitéticas, mas que estão atravessadas por uma rede de relações. Por um lado as disciplinas, uma anátomo-política do corpo humano. Elas têm como objeto o corpo individual, considerado como uma máquina. Por outro lado, a partir de meados do século XVIII, uma biopolítica da população, do corpo espécie. Seu objeto será o corpo vivo, suporte dos processos biológicos (nascimento, mortalidade, saúde, duração da vida) (Castro, 2009, p 57-58).

Como um dos desdobramentos do biopoder, instaura-se um período marcado pelo poder disciplinar que: “orienta-se para os corpos e o que eles fazem, seu objetivo é extrair deles tempo e trabalho” (Castro, 2009, p. 405). Novos mecanismos passam a direcionar e influenciar o corpo social. Para tanto, as ciências são utilizadas como mantenedoras da ordem, da normatização, do correto a ser seguido, intervindo diretamente no seio familiar.

O poder disciplinar ao ter por foco o corpo social incita discursos de verdades que direcionam a população, no intuito desta ser produtiva. Segundo Foucault (2008) existem cinco características da economia política da verdade, quais sejam: 1) A verdade centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; 2) A verdade submetida a uma constante incitação econômica e política; 3) A verdade enquanto objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo, circulando nos aparelhos de educação ou de informação, que possuem enorme extensão no corpo social; 4) A verdade produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas

dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meio de comunicação e, 5) A verdade como objeto de debate político e confronto social.

Hoje, tal poder disciplinar permanece, mas as influências possuem uma aparência mais sutil, aparentemente não há direcionamento ou normas e condutas pré-determinadas, porém somos bombardeados a todo o momento por discursos que, de tão repetidos, já fazem parte do senso comum e deixam de ser reconhecidos como tal, ganhando o *status* de verdade (Amazonas, Vieira & Pinto, 2011). O que prevalece é o que Foucault (Dreyfus, Hubert & Rabinow, 2010, p.334) chamou de normalização terapêutica. “As normas não são estáticas (...) se ramificam para colonizar, nos mínimos detalhes, as micropráticas, de modo que nenhuma ação considerada importante e real possa escapar da rede de normalidade”.

Além disso, no biopoder, as normas definem previamente o que é normal e só a partir daí é que se definem os desvios da normalidade. Ter filhos era, até bem pouco tempo e, de certo modo, ainda é, tudo o que se espera de um casal heterossexual que se constitui como tal. Esta norma se traduz de diversas maneiras, mas a mais frequente se caracteriza pelos incessantes questionamentos dirigidos ao casal que acaba de ser formado: “quando vêm os filhos?”

No entanto, como as normas não são estáveis, outras vêm se constituindo neste mesmo campo de luta em que, supostamente, somos livres para escolher. Homens e mulheres, hoje, são incitados à construção de uma carreira profissional bem sucedida que exige dedicação quase exclusiva, além de outras formas discursivas que permeiam modos de vida e de subjetivação

considerados como individualistas e hedonistas, no entanto, o discurso direcionado a um casal que contrai matrimônio, formal ou informalmente, ainda é: “tenha filhos”.

## **Método**

Essa pesquisa é de natureza qualitativa, pois ela ressalta o subjetivo, a investigação é aprofundada, o estudo é do sujeito implicado no mundo e no social, não levando em consideração as variáveis como a neutralidade e o controle dos fenômenos. Segundo Minayo (1999, p. 21-22), a pesquisa qualitativa: “Trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações (...)”.

### **Participantes**

Participaram três casais heterossexuais, na faixa etária entre 27 e 57 anos, que coabitam há, pelo menos, dois anos, que não tiveram filhos (inclusive de relações anteriores) e não estão pretendendo tê-los. Integramos aos dados, as respostas de uma mulher casada cujo marido, após a realização da entrevista com a esposa, recusou-se a ser entrevistado, sob a alegação de temer que sua virilidade fosse questionada por não desejar ter filhos. A decisão de não descartar esta participante aconteceu em função tanto da riqueza do material aportado por ela quanto em razão dela trazer, em sua entrevista, a presença inequívoca do marido na decisão do casal. Desta forma, ao final participaram quatro mulheres e três homens, todos pertencentes às camadas média e alta da população, considerando-se a renda familiar, grau de

escolaridade e moradia própria em bairros considerados de classe média e alta. Utilizou-se a amostragem proposital, também denominada intencional ou deliberada. Por esse critério, o pesquisador escolhe deliberadamente os participantes que comporão seu estudo de acordo com os pressupostos de seu trabalho e fica livre para eleger aqueles que possuem as características pessoais que, em sua visão, vão fornecer informações importantes para o assunto em pauta (Turato, 2003).

A seguir será apresentada uma breve caracterização dos participantes. Vale salientar que todos os nomes atribuídos aos entrevistados são fictícios para preservar suas identidades.

Sandra e Carlos- são casados há 11 anos, Sandra tem 50 anos, iniciou três faculdades, mas não concluiu nenhum dos cursos, é funcionária pública estadual. Carlos tem 48 anos, é empresário, possui graduação; optou por não ser entrevistado, pois, segundo Sandra, temeu que interpretássemos sua opção de não ter filhos de forma a questionar sua virilidade. O casal tem uma renda familiar de R\$ 7.000,00 líquidos.

Tereza e Bernardo: Tereza tem 32 anos, está casada com Bernardo há dois anos e meio, porém namoraram quatro anos, é funcionária pública federal e pós-graduada. Bernardo tem 27 anos, graduado, funcionário público federal. Juntos, possuem uma renda familiar de R\$ 11.000,00.

Carla e Bartolomeu: Carla tem 54 anos, está casada com Bartolomeu há 18 anos, está na terceira pós-graduação, é funcionária pública aposentada.

Bartolomeu tem 51 anos, é doutor e funcionário público federal, juntos possuem uma renda de R\$ 9.000,00

Carmen e Leandro: Carmen tem 44 anos, está casada com Leandro há 20 anos, está fazendo uma pós-graduação atualmente. Trabalha em uma empresa privada. Leandro tem 57 anos, possui curso superior, é funcionário público estadual. Juntos possuem renda familiar de R\$ 10.000,00.

### **Instrumento**

Foi utilizado um roteiro de entrevista, composto de questões relacionadas aos objetivos da pesquisa e dados sociodemográficos dos participantes (Anexo 2), conduzido de forma semidirigida. Iniciávamos com a primeira pergunta, permitíamos que os participantes discorressem livremente e só seguíamos com as demais perguntas quando o (a) entrevistado (a) esgotava sua fala e necessitávamos mais informações sobre aspectos referentes aos nossos objetivos que ainda não haviam sido abordados. A escolha pela técnica da entrevista semidirigida se justifica porque ela permite abordar o participante com questões pertinentes à pesquisa e, ao mesmo tempo, deixar que ele discorra livremente sobre estas sem nenhuma preocupação com o tempo decorrido nem com o que deve ou não ser falado.

### **Procedimento de coleta dos dados**

A entrevista foi realizada no local de maior comodidade para os participantes. Desta forma a pesquisadora entrevistou-os em suas casas ou em seus locais de trabalho. Antes de iniciar a entrevista, eles foram informados dos objetivos do estudo, tendo sido solicitada permissão para a gravação e a

assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1). Cada entrevista foi realizada em um único encontro e no horário mais conveniente para os participantes, de forma individual, de modo a evitar a influência e a pressão de um cônjuge sobre o outro, permitindo a cada um falar livremente sobre o tema.

### **Procedimento de análise dos dados**

Após a transcrição das entrevistas as respostas foram analisadas através da técnica da Análise de Conteúdo Temática, pois ela possibilita descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos (Gomes, 1999). São três as etapas deste tipo de análise:

1) Pré-análise: nessa etapa realizamos a leitura de cada uma das entrevistas, conduzida pela atenção flutuante, deixando que os temas mais relevantes no discurso dos participantes, fossem emergindo. Neste sentido, não tínhamos nenhum tema pré-delimitado e tudo que chamava nossa atenção era assinalado, seja em termos formais ou de conteúdo;

2) Exploração do material: é a fase da análise propriamente dita, nela identificamos o tema a ser trabalhado e construímos um quadro síntese das respostas obtidas. Neste trabalho, analisamos um tema que recebeu a seguinte denominação: Não ter filhos: resistência às normas ou adesão a um novo discurso? Casais DINK?

3) Tratamento dos resultados: nesta última fase problematizamos as informações coletadas, tendo como base a ajuda da literatura de apoio que adotamos. O que implicou numa constante ida e vinda ao material analisado e a teoria utilizada (Franco, 2005).



## Resultados e Discussão

### **Não ter filhos: resistência às normas ou adesão a um novo discurso?**

#### ***Casais DINK?***

O termo casais DINK, surgiu nos EUA na tentativa de “batizar” esse novo tipo de configuração familiar onde não se tem a presença de filhos. Significa “Duble Increase No Child” (duplo ingresso, nenhuma criança). Basten (2009) destaca que os estudos sobre esse novo modelo de família, iniciados por volta dos anos 60, tinham como objetivo entender suas características, direcionamento teórico e político, prevalência, fatores de risco, saúde mental e física e assim por diante. Ou seja, buscava-se entender o porquê deles não desejarem ser pais e em que se diferenciavam do restante da sociedade.

Concordando com o autor, percebemos nos levantamentos bibliográficos sobre tal temática, pesquisas que procuraram entender o porquê de tal escolha e que acabaram por destacar, em suas conclusões, justificativas dadas pelo casal que podem fazê-lo ser interpretado como egoísta e hedonista pela sociedade. Temos, por exemplo, a pesquisa realizada por Papalia e Olds (2000), com casais onde ambos os cônjuges trabalham, na qual esta constatou que este casal quer continuar vivendo em uma eterna lua-de-mel. E ainda, a pesquisa realizada por Mantovani (2007) entrevistando casais que, por opção, não desejam ter filhos, cujos resultados apontaram os seguintes motivos: o esforço e a dedicação que é preciso para criar um filho; a vontade de se dedicar à relação conjugal; o fato das crianças de hoje serem muito mimadas; a falta de liberdade para viajar.

Diante desses estudos nos questionamos se as falas dos casais entrevistados por nós seriam exemplos de egoísmo e hedonismo?

Temos o discurso de Sandra, mulher de Carlos:

*E um filho (...), iria interromper uma trajetória que para mim era absolutamente natural: vida, viajar, festas, ter vontade de fazer as coisas sem ter uma barreira. Pra mim era muito bom e pra mim era uma questão vital (Sandra, 50 anos).*

Ou mesmo, o posicionamento adotado por Leandro, ao ressaltar:

*(...) eu me acostumei com essa liberdade de ir e vir, de programar viagens, assim, de hoje para amanhã, de fazer viagens como nós fizemos de 40 dias, de 20 dias; de tirar férias e passar numa casa de praia, com amigos; enfim, esse tipo de liberdade e mobilidade fez com que, já de há muito, desde antes de conhecê-la... porque esse já é o meu segundo casamento e já, desde o primeiro, eu já não queria [filhos] (Leandro, 57 anos).*

Carmem, sua mulher complementa:

*(...) eu acho que isso foi o grande peso pra mim, a responsabilidade de saber que aquela pessoinha que você estava colocando no mundo depende de você e é para o resto da vida. (Carmen, 44 anos)*

Também, a fala de Bernardo:

*Eu não vou dizer que ter filhos atrapalha porque eu acho essa terminologia muito negativa, não é isso. Mas eu acho que não cabe filho na minha vida, eu olho pra frente, eu não me vejo com filho, apesar de eu adorar criança e tal. Quero me dedicar mais à música, quero estudar mais, quero sei lá! (Bernardo, 27 anos).*

Tereza, sua mulher diz:

*(...) eu acho que uma criança tem muito a dar, mas eu também acho que a vida tem muito a oferecer; e que um filho, você limita um pouco as possibilidades da vida, e como eu sou bem intensa assim, aí eu quero curtir tudo muito e pela maior margem de tempo possível. (Tereza, 32 anos)*

E ainda, a fala de Carla:

*Nunca gostei da ideia de voltar para casa porque tinha que pegar filho na escola, porque tinha que botar comida pra filho, porque tinha que acompanhar filho, porque tinha filho doente e num sei que... nunca gostei disso! Sempre gostei muito de viver e ter minha vida profissional (Carla, 54 anos).*

Bartolomeu, seu marido, pontua na mesma direção:

*O fato é que nunca dei prioridade a essa questão [filhos]. Nunca foi meu objetivo. Sempre visei minha carreira profissional. (Bartolomeu, 51 anos).*

A partir destas falas, como interpretar essas modalidades de subjetivação? Será suficiente denominar essas pessoas de egoístas e hedonistas? Fica claro que classificar dessa forma esses casais e criar uma identidade sobre esse tipo de família tem por base um determinado modelo normativo de família e de casamento: o modelo burguês no qual a criança reina no lar e deve ser consequência “natural” de uma relação heterossexual.

É interessante observar como tal modelo permanece forte no imaginário social, porém não é preciso ir muito longe na História para localizar sua construção e verificar que ele nem sempre predominou.

É apenas a partir do século XVIII, com a queda do poder soberano dos reis e com o advento das sociedades de tipo industrial que o modelo de família burguesa surge. A criança adquire um novo status dentro do lar, a família, agora, não deve ser apenas um sistema de parentesco, deve-se tornar algo que “envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança” (Foucault, 2008, p.199).

Para Arán (2003) a família, como é concebida na atualidade, é um fenômeno recente, pois foi herdeira da necessidade política da constituição do privado. O modelo de família burguesa surgiu como aquele que iria garantir a ordem social e possibilitar a afetividade e a educação. “A partir daí, a organização pai-mãe-filho passa a ser naturalizada como o lugar originário, por excelência, da constituição do sujeito” (p 401).

Este novo tipo de família tem por base o poder disciplinar. Este é um “conjunto de técnicas em virtude das quais o sistema de poder tem por objetivo e resultado a singularização dos indivíduos” (Castro, 2009, p.110). Tal poder é centrado nos corpos e atos, na vigilância dos sujeitos; volta-se para a preservação do corpo social, pois a utilidade da pessoa, agora, é diretamente relacionada à quão produtiva ela vai ser socialmente.

Com o poder disciplinar, surge a construção do conceito de população: “Os traços biológicos de uma população se tornam elementos pertinentes para uma gestão econômica e é necessário organizar em volta deles um dispositivo que assegure não apenas sua sujeição, mas o aumento constante de sua utilidade” (Foucault, 2008, p.198).

Para Foucault, dois fatores se destacam neste período: 1) o privilégio da infância e a medicalização da família 2) o privilégio da higiene e o funcionamento da medicina como instância de controle social (Foucault, 2008).

O governo adota a estratégia do cuidado social e, para tanto, faz uso das ciências para normatizar a população através dos vigias do corpo social, inspetores do Movimento Higienista: “o médico deve ser então o técnico do corpo social, e a medicina, uma higiene pública” (Foucault, 2006, p. 9). O discurso de verdades do Estado é disseminado “através de campanhas, ou estimulando, sem que as pessoas se deem conta disto, a taxa de natalidade, ou dirigindo para uma região ou outra, ou para uma determinada atividade, o fluxo da população” (Castro, 2009, p. 335)

Com isso, fatos sobre a infância, que até o século XVII eram considerados naturais, como: as altas taxas de natalidade e de mortalidade; a vivência em meio ao mundo adulto auxiliando os pais no exercício do trabalho; as crianças, nascidas nas famílias abastadas, residirem nos primeiros anos de suas vidas com suas amas de leite; a procriação sem a associação ao instinto materno, a partir do Século XVIII, começam a ser vistos de forma negativa e este período passa a ser considerado como violento, precisando ser controlado e modificado (Ariès, 1981; Perrot, 1991).

Para Arán e Peixoto Júnior (2007), esta normatividade existente entre os Séculos XVIII e XIX, fruto do poder disciplinar, operou nas práticas históricas e sociais produzindo efeitos duradouros de territorialização do campo subjetivo. Logo, é relevante destacar o quanto é difícil para nossos entrevistados fugir do aprisionamento normativo, pois é sabido que a norma para além de aprisionar, consola, ao possibilitar uma falsa sensação de permanência e de identidade.

Como consequência, logo após os participantes expressarem os motivos que os levaram a não ter filhos, demonstram a necessidade de elencar

justificativas para fundamentar a decisão. Sandra ao comentar sobre sua vida com Carlos ressalta:

*(...) ele é uma pessoa que trabalha o dia todinho, como eu te disse, de segunda a sexta só trabalha, ai chega em casa por volta de 20, 21 h, (...), a gente faz de tudo porque quatro e meia ele tem que estar acordado. Agora me diga se uma pessoa com uma rotina dessa (...) teria tempo para se dedicar a filhos? (Sandra, 50 anos)*

Leandro reflete sobre a correria do dia a dia dele e de Carmen:

*É uma vida muito corrida, ela sai de manhã para trabalhar e só volta à noite. Eu, por exemplo, agora, mesmo não estando com essas atividades, saio de manhã e só volto à noite também. Raríssimos dias, a gente conta nos dedos, que a gente almoçou juntos (...). Então tudo isso pesou, ter um estilo de vida que nós criamos (...). (Leandro, 57 anos).*

Já Tereza destaca o quanto a música ocupa uma parcela significativa na vida dela e de Bernardo:

*(...) o estilo de vida da gente, de ser notívago, tem essa coisa da música, o trabalho demanda muito tempo da gente é (...) a vida pessoal, a gente estuda muito, trabalha muito, tem envolvimento com outras coisas e termina que não sobra tempo nem pra gente, que dirá para uma criança (Tereza, 32 anos).*

Seriam estas explicações tentativas de minimizar o julgamento social ou aplacar a própria inquietação provocada pelo sentimento de transgressão às normas? Explanções plausíveis de serem bem recebidas socialmente?

Para Arán e Peixoto Júnior (2007), esta normatividade estabeleceu fronteiras entre práticas tidas como inteligíveis, lícitas e reconhecíveis e outras

consideradas ininteligíveis, ilícitas e abjetas, as quais constituem o território dos anormais.

O Movimento Higienista, fruto desta disciplina sobre os corpos, afetou tudo aquilo que é destacado como “perigo social”, o que culminou numa intervenção estatal em diversos campos: criminologia, eugenia, exclusão dos degenerados. Como destaca Foucault: “daí esses terríveis regimes disciplinares que se encontram nas escolas, nos hospitais, nas casernas, nas oficinas, nas cidades, nos edifícios, nas famílias (...)” (Foucault, 2008, p 148).

Paralelamente ao poder disciplinar preconizado por meio da ciência, outro tipo de poder prevalecia no século XVIII: o poder pastoral. Tal poder já existia desde as sociedades antigas, porém, com o advento da industrialização ele adquire status, ao servir ao Estado na disciplina dos corpos. Sobre ele Foucault destaca:

(...) pastor que pode obrigar as pessoas a fazerem tudo o que é preciso para a sua salvação e que está em posição de vigiar, ou pelo menos de exercer sobre as pessoas uma vigilância e um controle contínuos (Foucault, 2006, p. 68)

O poder pastoral também é uma forma de controle e disciplina, porém, ao invés de se basear na ciência, se baseia no divino. Assim destaca-se o mecanismo da confissão, pelo qual os indivíduos devem dizer tudo o que pensam e sentem seus desejos e pensamentos mais obscuros, para que possam ser perdoados por este pastor que ocupa na terra o lugar de mensageiro de Deus (Foucault, 2006).

Durante muito tempo o pastor, principalmente representado pelo padre na Igreja Católica, proliferou o discurso de que fazer sexo deveria ter como finalidade, apenas a procriação. Segundo Foucault (1988, p. 48):

Pode ser muito bem, que a intervenção da Igreja na sexualidade conjugal e sua repulsa às “fraudes” contra a procriação tenham perdido, nos últimos 200 anos, muito de sua insistência. Entretanto, a medicina penetrou com grande aparato nos prazeres do casal: inventou toda uma patologia orgânica, funcional ou mental, originadas nas práticas sexuais “incompletas”; classificou com desvelo todas as formas de prazeres anexos; integrou-os ao “desenvolvimento” e às “perturbações” do instinto; empreendeu a gestão de todos eles.

Percebemos assim que, o desejo de ser pai e mãe, apesar das diversas construções teóricas existentes na atualidade, ainda é abordado como algo “lícito e reconhecível” a todos os seres. O casal que não possui tal desejo necessita justificar e “confessar” os motivos que o levaram a não procriar.

Concordando com Butler (2001), acreditamos que não há qualquer essência da mulher ou do homem. A essencialização do gênero deve-se ao ato de nomeação: é uma mulher, é um homem, constantemente reiterado desde o nascimento. A prática reiterativa deste ato, acaba por adquirir uma autoridade na medida em que o discurso produz os efeitos que nomeia, tendo-se assim, a performatividade. A performatividade, portanto, não é um ato singular ou deliberado, mas uma “prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que nomeia” (Butler, 2001, p. 154).

Com isto, determinadas condutas e práticas são esperadas de cada sexo criando performances específicas para cada gênero. Não há dúvidas de



que o imperativo “tenha filhos” é tanto endereçado às mulheres quanto aos homens. Ambos possuem como parte de sua natureza a possibilidade da concepção, aos homens a concepção de filhos socialmente ainda é percebida como prova de sua virilidade; para a mulher, se levamos em conta a procriação biológica que é a privilegiada pelo discurso naturalizante que predomina na sociedade, o ter filhos é uma constatação de sua biologia. Neste estudo, as mulheres mostraram-se inquietas ao falar sobre a decisão de não ter filhos, temas como egoísmo e instinto materno emergiram nas falas de algumas delas como poderá ser observado no decorrer do texto. Quanto aos homens, a negativa, em participar do estudo, feita pelo marido de Sandra é uma prova do quanto ainda é forte a associação entre virilidade e filho(s).

Sandra apresenta um discurso veemente quando fala da escolha do casal:

*(...) não pensamos [em ter filhos], não pensamos e isso não é motivo de frustração, isso não é motivo de discussão, isso não é motivo de absolutamente nada. A gente não tem, a gente não sabe, a gente nem procura, é uma coisa que não afeta.*

Apesar de ressaltar que ela e seu marido estão tranquilos com a decisão que tomaram, por vezes, entra em contradição, tentando justificar a decisão do casal.

*Eu tenho o sentimento que é o egoísmo... para mim foi realmente. Eu sou egoísta, eu não quero dividir minhas coisas assim, deixar de fazer minhas coisas por nada. Eu tenho que confessar isso, eu tenho que aceitar. Quando eu aceitar, eu vou ter que administrar e ver que é uma coisa bem mais séria (...) (Sandra, 50 anos).*

O que seria, na opinião de Sandra, assim tão sério? Esta participante, ao falar sobre egoísmo por ir de encontro ao considerado normal, parece sentir-se pressionada a admitir que há algo de errado com ela e só assim, torna-se inteligível para si mesma. O sexo é uma das normas que torna os indivíduos viáveis, é ele que qualifica o corpo, que o torna inteligível em uma dada cultura. Porém, os corpos jamais se conformam inteiramente às normas que lhes são impostas, embora somente em relação a elas se tornem inteligíveis, inclusive, para si mesmos (Butler, 2001).

Ao mesmo tempo, ao apontar a necessidade de “admitir para si mesma e aceitar”, Sandra rememora o mecanismo da confissão, destacado por Foucault (2006). Hoje, esta confissão fruto do poder pastoral, apesar de ainda prevalecer, divide seu espaço com os especialistas: médicos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros; que têm o poder de dizer o que é normal ou anormal, saudável ou doente e, além disso, podem curar.

Foucault ressalta que é com o século XVII que passa a existir uma expressividade sobre o sexo, nunca em outra época o sexo foi tão falado, porém ele é falado dentro de categorias e instrumentais que o legitimam. As ciências humanas, através do direito, da economia e da medicina, ocupam o lugar de “docilização” desta força sexuada (Menezes, 2006).

Em meio a este controle o termo perversão vem à tona, enquadrando-se aqui tudo o que é desviante da norma heterossexual que tem como foco a procriação: sodomitas, “as sexualidades desviantes”, entre outros termos.

As crianças passam a ser vistas como possíveis de expressarem-se sexualmente, através da masturbação, assim são vigiadas pelos pais e pela polícia do corpo social/ profissionais higienistas.

Um termo médico é atribuído à mulher doente, histérica: “essas Evas afoitas, propensas a fremidos sexuais: que a psiquiatria as nomeie e as convoque para o palco, cuja cena é composta pelos elementos laboratoriais competentes no controle de suas manifestações indomáveis em outros settings” (Menezes, 2006, p. 3)

A prática “psi”, por sua vez, atua como um confessionário validado cientificamente, tudo em nome da produção, traduzida, na ordem do sexo, em procriação:

(...) com que circunspeção, com que prudência médica, com que garantia científica de inocuidade e com quanta precaução, para tudo manter sem transbordamento, no mais seguro e mais discreto espaço entre o divã e o discurso, ainda um murmúrio lucrativo sobre o leito. (Foucault, 1988, p. 2)

Ainda sentindo-se fora da norma, Sandra pontua a ausência do “instinto materno” como outro fator que influenciou na sua decisão de não ter filhos.

*Às vezes eu até pensava: será que eu não tenho é... essa coisa, essa essência da maternidade que as mulheres têm que é tão bonito, que é tão, que é tão prazeroso que é a realização perfeita. Não sei se eu me enquadro nesse perfil... não sei realmente, mas é uma coisa que não me faz falta (Sandra, 50 anos).*

Desta maneira, Sandra subverte a norma tradicional de que ser mulher é, necessariamente, desejar ser mãe, possuir o tão decantado “instinto materno”. “Dissociam-se os ‘papéis’ das identidades, provocando desconforto e trazendo à tona a figura do sujeito nômade” (Silva, Amazonas & Vieira, 2010).

Não mais mulher-mãe, como referencial, mas sujeitos construídos historicamente, desempenhando papéis transitórios.

Esses elementos, egoísmo, instinto materno, não desejar assumir responsabilidades com uma criança, são corriqueiros nos discursos das mulheres entrevistadas. Porém, aparentemente, estes argumentos não foram suficientes para imobilizá-las em um único modo de ser mulher, aquela que é destinada por “natureza” a se tornar mãe.

*Eu acho que faltou o principal mesmo, é isso, responsabilidade e egoísmo de ter essa preocupação de uma pessoa depender de você e você não ser capaz de dar aquilo que você quer, principalmente nesse mundo, eu acho que foi o fator principal. (Carmen, 44 anos).*

Segundo Butler (2001), como os atributos de gênero são performativos, frutos de uma ficção reguladora, mostram-se instáveis e sujeitos a questionamentos e problematizações. Assim, a lei reguladora pode ser reaproveitada numa repetição diferencial. Para a autora: “O gênero é o mecanismo através do qual se produzem e se naturalizam as noções de masculino e feminino, mas ele bem poderia ser o dispositivo pelo qual estes termos se desconstroem e se desnaturalizam”. (Butler, 2006, p.70).

De todo modo, é evidente, na fala das participantes, a força que a norma exerce sobre a construção de suas subjetividades.

*Quando eu tinha uns 20 anos eu, quando era adolescente eu desejava muito ser mãe, foi quando..., foi a única vez que eu experimentei o instinto maternal assim..., que dizem que existe [...]acho que eu perdi isso, não sei em que momento, então eu não sei se estou com algum*

*distúrbio hormonal... acho que está tudo funcionando direitinho, mas...  
(Tereza, 32 anos).*

Nesta participante o discurso tem por base a fisiologia do seu organismo. Mais adiante retorna para a discussão afirmando:

*Meu Deus por que que todas as mulheres quando olham para uma  
criancinha elas desejam ter um filho e eu não desejo? Eu desejo  
exatamente o contrário. Eu faço: realmente eu não quero ter, estou certa  
disso e estou segura. (Tereza, 32 anos)*

A norma diz: ‘toda mulher tem instinto materno, eu sou mulher, logo deveria experimentá-lo, por que não o sinto? Será que estou doente? Há algo errado comigo? Perguntamo-nos por que o tema instinto materno ainda permanece tão forte nas falas das participantes?

O conceito de instinto materno tem sua origem no fim do Século XVIII, início do Século XIX. Neste período, vive-se uma contradição: a Revolução Francesa preconiza os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, porém, a mulher ficou restrita cada vez mais a vida privada. Não era suficiente apenas procriar, mas cuidar e amar seus filhos: com isso temos a construção do conceito de “instinto materno” Tal conceito surge em virtude da alta taxa de mortalidade infantil naquela época. Neste momento, era interessante que as crianças sobrevivessem e chegassem a adulez, pois trariam retorno produtivo ao Estado. (Arán, 2003).

A ciência, necessitando justificar a inferioridade das mulheres com o intuito de mantê-las no lar, inaugura o modelo da diferença sexual. Neste, os homens eram categoricamente iguais, e as mulheres divergiam deles devido a provas de sua inferioridade localizadas em seu corpo: a estrutura óssea de sua

pélvis torna-a a sede da reprodução sexual o que leva a maternidade a ser privilegiada; o fato do crânio da mulher ser menor do que o do homem foi tido como um sinal de que esta deveria permanecer afastada da vida pública; com relação aos nervos, chegou-se a conclusão de que esta era hipersensível, pois seu encéfalo era mais influenciado pelas paixões, outra razão para afastá-la do mundo extra-lar (Silva, Amazonas & Vieira, 2010; Arán, 2003)

Faz-se importante ressaltar que, anteriormente ao modelo da diferença sexual predominava o do sexo único baseado na filosofia de Galeno. Neste, existia uma única anatomia para os sexos e a diferença entre homem e mulher se estabelecia a partir da crença de que a mulher tinha os órgãos nos lugares errados pela falta de calor vital. O homem era hierarquicamente superior a ela devido à quantidade de calor vital presente no seu organismo (Laqueur citado em Cavalcanti, 2010).

Com o século XIX, movimentos de oposição ao poder disciplinar, tidos como revolucionários se destacam e, entre eles, o Feminismo: um movimento filosófico, intelectual e político inaugurado por mulheres que têm como meta a libertação de padrões opressores baseados em normas de gênero.

Sobre tais movimentos Foucault comenta:

(...) acho que os movimentos de liberação sexual devem ser compreendidos como movimentos de afirmação a partir da sexualidade. Isto quer dizer duas coisas: são movimentos que partem da sexualidade, do dispositivo de sexualidade no interior do qual estamos presos, que fazem com que ele funcione até seu limite; mas, ao mesmo tempo, eles se deslocam em relação a ele, se livram dele e o ultrapassam (Foucault, 2008, p.233)

Com esses movimentos de resistência, “percebe-se que este poder [disciplinar] tão rígido não era assim tão indispensável quanto se acreditava, que as sociedades industriais podiam se contentar com um poder muito mais tênue sobre o corpo” (Foucault, 2008, p.148).

A mulher, além de adquirir o direito ao voto, se inseriu no mundo do trabalho após a segunda guerra mundial (por uma necessidade inicialmente social). Com isso, as teorias naturalizantes sobre esta, dentre elas a do instinto materno, passaram a ser questionadas e desacreditadas cientificamente.

Posteriormente, adentraram às faculdades e cursos profissionalizantes, atitudes que as inseriram cada vez mais no mundo público. Segundo Arán: “Na medida em que o estado se compromete com a esfera da reprodução da força de trabalho, surge um mercado especificamente feminino, cabendo às mulheres a gestão desses serviços, porém, agora, fora de casa” (2003, p. 403)

O Feminismo no Ocidente se fortaleceu e passou a ser utilizado como base de inúmeros estudos científicos, tendo como um dos marcos o livro “O segundo sexo” da autora Simone de Beauvoir (1980).

Um outro destaque deste período foi o uso da pílula anticoncepcional que revelou a possibilidade do exercício da sexualidade desvinculada do casamento e possibilitou a escolha do “se” e “quando” gerar filhos, pois segundo Tain (2005) “a livre escolha da maternidade e, portanto, o direito de recusá-la, foi uma reivindicação central e unânime do movimento de mulheres nos anos 1970” (2005, p.53).

Logo, os movimentos de resistência atrelados às mudanças sociais existentes entre os séculos XIX e XX, possibilitaram alterações de discursos e práticas no decorrer dos séculos XX e XXI.

Nota-se que, mesmo com os avanços científicos que propiciaram a desmistificação do denominado instinto materno, ele ainda se faz fortemente presente e marcante no discurso social das participantes, e sua ausência é sentida por elas como algo de anormal que ocorre só com elas. É importante destacar o quanto a própria Psicanálise teve um papel crucial na manutenção desta naturalização da mulher no século XX. Termos ou conceitos atribuídos à mulher nesta teoria como: inveja do pênis, narcisismo e passividade, são exemplos desta naturalização feminina.

Segundo Arán, (2007) a psicanálise ortodoxa, ao conceber a diferença entre os sexos como fundadora da estrutura do pensamento, ou seja, é no corpo que está marcada a identidade e a diferença e estas são construídas por um sistema binário e hierárquico, faz do Complexo de Édipo e da Castração uma matriz normativa da sexualidade, onde a mulher é marcada pela inferioridade: não ter o falo. Para essa teoria, a mulher viverá em busca desse falo, só se realizando ao gerar um filho homem.

Butler (2006) chama a atenção para o fato de se usar, por vezes, a psicanálise clássica, para reforçar a noção de diferença sexual primária que forma o centro da vida psíquica de um indivíduo. Mas este uso acontece de forma a parecer que a diferença sexual consegue sua relevância apenas através do pressuposto

(...) de que o esperma e o óvulo implicam, necessariamente, o coito parental heterossexual, seguido por uma série de realidades psíquicas, como a cena primária e o cenário edípico. Mas se o óvulo ou o esperma tem outra origem e não estão ligados a uma pessoa chamada 'pai' ou 'mãe', ou se os pais que se amam não são heterossexuais ou não são



reprodutivos então parece que se requer uma nova topografia psíquica (p.31).

A mesma autora afirma que se pode partir, sim, deste pressuposto, e é assim que fazem muitos psicanalistas ortodoxos. Eles “presumem que a reprodução é a consequência universal do coito parental heterossexual e que este fato provê o sujeito humano de uma condição psíquica” (p.31). Os que adotam essa perspectiva “condenam as uniões não heterossexuais, as tecnologias reprodutivas e a paternidade fora do matrimônio nuclear heterossexual como fatos prejudiciais à criança, ameaçadoras para a cultura e destrutiva para o humano” (p.31). Mas, diz a autora, este não é o único uso possível da psicanálise e nem sequer é o mais produtivo. É importante, também, lembrar “que a psicanálise pode servir como uma crítica da adaptação cultural e também como uma teoria para compreender as maneiras nas quais a sexualidade não se conforma às normas sociais que a regulam” (p.32).

É importante ressaltar que este modelo tradicional psicanalítico foi historicamente construído nos séculos XVIII e XIX, sendo necessário levar em conta as contingências históricas e políticas da época. Para Badinter, tanto Freud quanto Rousseau “pensavam descrever a natureza feminina e, na realidade, não faziam mais do que reproduzir a mulher que tinham diante dos olhos” (1985, p. 334).

Assim, não é uma tarefa fácil para as mulheres, romper com ‘comprovações científicas’ que permearam a sociedade por séculos. A citação de Foucault (2008, p.234) exemplifica o modo como as mulheres eram ‘educadas’: “(...) vocês são apenas o seu sexo, dizia-se a elas há séculos atrás.

E este sexo, acrescentaram os médicos, é frágil, quase sempre doente e indutor de doença. Vocês são a doença do homem”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados do nosso trabalho apontam para o fato de quanto as mulheres entrevistadas se sentem desviantes da norma social, uma prova disto é o quanto falaram sobre o instinto materno. Acreditamos que a cientificidade sobre o corpo da mulher, existente a partir do Século XIX, continua a ser, ainda hoje, fortemente utilizada como argumento social para excluir estas mulheres e marcá-las como “faltantes”. Ainda é comum a proliferação do discurso: “uma mulher só atinge sua plenitude após ser mãe”.

Quanto aos homens, faz-se crucial ressaltarmos a recusa de um participante em ser entrevistado por nós, pois, de acordo com sua esposa, não queria ser alvo de questionamentos a respeito de sua virilidade. Percebemos assim, o quanto, para o senso comum, a Psicologia ainda é vista como uma ciência interpretativa e a serviço da norma. Nossas pesquisas científicas podem ser compreendidas pela população como confessionários e a população pode se perceber como objeto a ser estudado e comparado a um ideal normatizador.

Acreditamos que nosso estudo, ao partir do pós-estruturalismo, nos possibilitou colocar entre parênteses as normatizações existentes sobre o gênero e a família. Na tentativa de ser um “intelectual” (Foucault, 2008) percebemos dentre outras coisas, a necessidade de problematizar o lugar da ciência psicológica, pois esta pode continuar a ser utilizada como uma tecnologia de poder-saber sendo mais um aparelho normatizador que utiliza binarismos para determinar o normal e o desviante.

Por fim, concluímos que é possível que os casais que não desejam ter filhos façam parte de um movimento de resistência, mas, ao mesmo tempo, se constituam em relação a eles, estejam dentro e fora, à margem sim, mas que essa margem seja aquilo que os delimita e, na diferença e na repetição possibilitem o surgimento do novo.

## REFERÊNCIAS

- Amazonas M. C. L., Vieira L. L. F & Pinto V. C. (no prelo). Modos de subjetivação femininos, família e trabalho. *Psicologia Ciência e Profissão*.
- Arán, M. (2003). Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Estudos Feministas* (Florianópolis), 11(2), 399-422
- Arán, M. & Peixoto-Júnior, C. (2007). Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu*, 28, 127-147.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira
- Basten, S. (2009). *Voluntary Childlessness and being child free*. The future of human reproduction. St John's College, Oxford and Vienna Institute of Demography, june, paper 5, p. 1-23
- Beauvoir, S. (1980). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira
- Butler, J. (2001). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo." Em G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp.150-172). Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, J. (2006) *Deshacer el género*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós.
- Castro, E. (2009). *Vocabulário de Foucault: um percurso sobre seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Cavalcanti, R. A. (2010). *Corpos reinventados: a questão dos gêneros em Freud*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

Foucault, M. (1988). *História da sexualidade. Volume 1. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Editora Graal.

Foucault, M. (2006). *Foucault: ética, sexualidade, política*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2008). *Microfísica do poder*. 26ª ed. São Paulo: Editora Graal.

Foucault, M. (2010). Sujeito e poder. Em Dreyfus, Hubert & Rabinow, Paul (Orgs.) *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp.273-295). 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense.

Franco, M.L.P.B. (2005). *Análise de conteúdo*. Brasília: Líber Livro Editora.

Gomes, R. A. (1999). Análise de dados em pesquisa qualitativa. Em M. C. S. Minayo (Org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 67-80.). 23ª ed. Petrópolis: Vozes.

Maisons-Laffitte (1981). Prefácio. Em Ariès, P. *História social da criança e da família* (pp.9-27). 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.

Menezes, J. E. X. (2006). *Sentido e contrasentido da sexualidade: Foucault contra Freud*. [www.frb.br/ciente/2006.1/PSI/psi.htm](http://www.frb.br/ciente/2006.1/PSI/psi.htm) acesso em 20/08/10

Minayo, M. C. S. (1999). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-30). 23ª ed. Petrópolis: Editora Vozes.

Mantovani, F. (2007). *Cada vez mais casais decidem não ter filhos*. Jornal Folha de São Paulo. Acesso 09/01/2009 no site folhaonline.

Papalia, D. E.; Olds S. W. (2000). *Desenvolvimento humano*. 7ª edição. Porto Alegre: Editora Artmed.

Perrot, M. (1991). Figuras e papéis. Em P. Ariès & G. Duby (Orgs). *História da vida privada, da revolução francesa à primeira guerra (121-186)*. Vol 4. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, T.C.M.; Amazonas, M.C.L.A. & Vieira, L.L.F. (2010). Família, trabalho, identidades de gênero. *Psicologia em Estudo* (Maringá), 15 (1), 137-145.

Tain, L. (2005). Um filho quando eu quiser. *Estudos Feministas*, 13(1), 53-67.

Turato, E. R. (2003). *Tratado da pesquisa clinico-qualitativa. Construção teórico-epistemológica discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas*. Petrópolis: Editora Vozes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partir da perspectiva pós-estruturalista foi crucial para o desenvolvimento deste trabalho, pois além de nos proporcionar compreender o sujeito entrevistado imbricado no contexto social e nas relações de força existentes neste contexto, esta perspectiva possibilitou que interrogássemos a Psicologia enquanto ciência do conhecimento. Percebemos o quanto esta prática “psi” pode ser mais uma forma de disciplina sobre os corpos ao utilizar o modelo normatizador ou como essa prática “psi” pode ir além deste modelo, problematizando-o.

Estudar o fenômeno “casais que não desejam ter filhos” a partir de uma perspectiva não-essencialista, acreditando que a definição daquilo que significa ser um elemento daquele conjunto tem mudado ao longo dos tempos, nos possibilitou olhar para os casais entrevistados sem pré-conceitos (Woodward, 2000).

Tomando por base a perspectiva não-essencialista, compreendemos que tal casal é naturalmente negativado, possivelmente por contrariar a identidade essencialista representada como própria de um casal heterossexual de classe média que deve, dentre outras coisas, ter filhos. Concordando com Woodward (2000), cremos que o diferente torna-se excluído e sofre uma valoração negativa e que esta é diretamente relacionada com o momento cultural e social vivenciado pela sociedade, pois tudo o que envolve significação, envolve poder, existindo sempre os ‘de dentro’ e os ‘de fora’.

Apesar de sabermos que a marcação da diferença é componente-chave em qualquer sistema de classificação, pois há entre os membros de qualquer



sociedade necessidade de um certo grau de consenso para classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social – “cultural”; o que questionamos é a necessidade de estabelecer às oposições binárias de modo que os termos em oposição recebam uma importância diferencial, pois um dos elementos da dicotomia é sempre mais forte ou mais valorizado do que o outro, um é a norma e o outro é o “desviante”.

Assim, optamos por olhar e estudar o casal que não deseja ter filhos, em uma outra perspectiva: problematizando o discurso e as estratégias que instauraram verdades que perduram até hoje como o modelo “sagrado” de “ser família”, mantendo os demais no lugar de “profanos”. Acreditamos que esta pesquisa pôde auxiliar na problematização deste sistema valorativo binário existente na atualidade, que, como puderam perceber ao longo do texto, também foi construído.

## REFERÊNCIAS

- Alves, J. E. (2005). Os sem herdeiro: as mulheres e os homens que optam por não ter filhos. Em: *Revista Época*, Edição 373, Julho.
- Alves, J.E.D. (2010). DINC: sem filho e com dupla renda. Em: *Portal ecod debate: cidadania e meio ambiente*. <http://www.wcodebate.com.br/2010/06/22/dinc-sem-filho-e-com-dupla-renda-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves>
- Amazonas M. C. L., Vieira L. L. F & Pinto V. C. (no prelo). Modos de subjetivação femininos, família e trabalho. *Psicologia Ciência e Profissão*.
- Arán, M. (2003). Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Estudos Feministas* (Florianópolis), 11(2), 399-422
- Arán, M. & Peixoto-Júnior, C. (2007). Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu*, 28, 127-147.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira
- Barros, L. F. W., Alves, J. E. D. & Cavenaghi, S. (2008) *Novos arranjos domiciliares: condições socioeconômicas dos casais de dupla renda e sem filhos (DINC)*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu, MG, Brasil. Acesso em 29/05/2009.
- Basten, S. (2009). *Voluntary Childlessness and being child free*. The future of human reproduction. St John's College, Oxford and Vienna Institute of Demography, June, paper 5, p. 1-23
- Beauvoir, S. (1980). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira

Butler, J. (2001). *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo."* Em G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp.150-172). Belo Horizonte: Autêntica.

Butler, J. (2006) *Deshacer el género*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós.

Castro, E. (2009). *Vocabulário de Foucault: um percurso sobre seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Cavalcanti, R. A. (2010). *Corpos reinventados: a questão dos gêneros em Freud*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

Coelho, S. V (2005). *A transformação da família no contexto brasileiro: uma perspectiva das relações de gênero*. Em: J. G. Aun, M. J. E. Vasconcellos & S. V. Coelho (Orgs). *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais*. (pp.152-164). Belo Horizonte: Oficina de Arte & Prosa.

Costa, J.F. (1999). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (1988). *História da sexualidade. Volume 1. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Editora Graal.

Foucault, M. (2003). *História da sexualidade. Volume 1. A vontade de saber*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal.

Foucault, M. (2006). *Foucault: ética, sexualidade, política*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2008). *Microfísica do poder*. 26ª ed. São Paulo: Editora Graal.

Foucault, M. (2010). Sujeito e poder. Em Dreyfus, Hubert & Rabinow, Paul (Orgs.) *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp.273-295). 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense.

Franco, M.L.P.B. (2005). *Análise de conteúdo*. Brasília: Líber Livro Editora.

Gomes, R. A. (1999). Análise de dados em pesquisa qualitativa. Em M. C. S. Minayo (Org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 67-80.). 23ª ed. Petrópolis: Vozes.

IBGE (2009) [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1476&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1476&id_pagina=1), capturado em 07 de fevereiro de 2011.

Innerarity, D. (1990). *Dialética de la modernidad*. Madri: RALP

Kehl, M. R. (1989). A razão depois da queda (utopias e psicanálise). Em H. R. Fernandes (Org.) *Tempo do desejo: psicanálise e sociologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 35-64.

Maisons-Laffitte (1981). Prefácio. Em Ariès, P. *História social da criança e da família* (pp.9-27). 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara

Mansur, L. H. B. (2003). *Sem filhos: a mulher singular no plural*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Mantovani, F. (2007). Cada vez mais casais decidem não ter filhos. *Folha de São Paulo On line*. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u347886.shtml>, p.1-4.

Menezes, J. E. X. (2006). *Sentido e contrasentido da sexualidade: Foucault contra Freud*. [www.frb.br/ciente/2006.1/PSI/psi.htm](http://www.frb.br/ciente/2006.1/PSI/psi.htm) acesso em 20/08/10

Minayo, M. C. S. (1999). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-30). 23ª ed. Petrópolis: Editora Vozes

Narvaz M. G, Koller S. H.(2006). *Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política*. Psicol. estud. vol.11 no.3 Maringá Sept./Dec.

Osório, L. C & Valle, M. E. (2002). Dinâmica das relações conjugais: uma visão contemporânea. Em: L. C Osório & M. E. Valle (Orgs); *Terapia de famílias. novas tendências* (pp.9-16). Porto Alegre: Artmed Editora.

Papalia, D. E.; Olds S. W. (2000). *Desenvolvimento humano*. 7ª edição. Porto Alegre: Editora Artmed.

Perrot, M. (1991). Figuras e papéis. Em P. Ariès & G. Duby (Orgs). *História da vida privada, da revolução francesa à primeira guerra (121-186)*. Vol 4. São Paulo: Companhia das Letras.

Peters, M. (2000). *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. Uma introdução*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica.

Rabinow, P & Dreyfus, H. (1995). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.

Silva, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*/ Tomaz Tadeu da Silva (Org.) Stuart Hall; Kathryn Woodward. Petrópoles, RJ: Vozes, 2000. 133 p.

Silva, T.C.M.; Amazonas, M.C.L.A. & Vieira, L.L.F. (2010). Família, trabalho, identidades de gênero. *Psicologia em Estudo* (Maringá), 15 (1), 137-145.

Tain, L. (2005). Um filho quando eu quiser. *Estudos Feministas*, 13(1), 53-67.

Turato, E. R. (2003). *Tratado da pesquisa clinico-qualitativa. Construção teórico-epistemológica discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas*. Petrópolis: Editora Vozes.

Vattimo, G. (1994). Posmodernidad: ¿Una sociedad transparente? Em G. Vattimo (Org.) *En torno a la posmodernidad*. Barcelona: Anthropos; Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre, p. 9-18.

**ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

1. Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa *Um estudo sobre casais que não desejam ter filhos*.
2. Você foi selecionado (a), de forma aleatória a partir dos critérios de inclusão deste estudo, porém sua participação não é obrigatória.
3. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.
4. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Assim como, você não terá nenhuma despesa de transporte ou alimentação e caso haja necessidade, a pesquisadora se responsabilizará por tais gastos.
5. Os objetivos deste estudo são: Investigar a decisão de um casal de não ter filhos, aliado a isto pretendemos: Entender os motivos que levaram a essa escolha; Identificar as perspectivas de futuro por parte do casal; Verificar como percebem a avaliação da família e da sociedade sobre a escolha que fizeram.
6. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a uma entrevista semiestruturada que permite abordá-lo com questões pertinentes à pesquisa e, ao mesmo tempo, deixar que você discorra livremente sobre estas.
7. Aparentemente não haverá riscos relacionados com sua participação. Caso se sinta cansado, constrangido ou emocionalmente desgastado, poderá ser marcado um novo encontro ou mesmo a interrupção de sua participação.
8. Sua participação viabilizará a investigação deste tema tão pouco pesquisado até então, e possibilitará reflexão e discussão sobre tal temática não só com você como no meio acadêmico (congresso, seminários, artigos, palestras, etc.).
9. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação, colocando um nome fictício e retirando quaisquer evidências que possam identificá-lo. O material obtido ficará de posse do entrevistador num período de cinco anos em local seguro, após este período será incinerado.
10. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

11. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**DADOS DO PESQUISADOR PRINCIPAL (ORIENTADOR)**

\_\_\_\_\_  
**Nome**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura**

\_\_\_\_\_  
**Endereço completo**

\_\_\_\_\_  
**Telefone**

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.**

**O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP que funciona na PRÓ-REITORIA ACADÊMICA da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, localizada na RUA ALMEIDA CUNHA, 245 – SANTO AMARO – BLOCO G4 – 8º ANDAR – CEP 50050-480 RECIFE – PE – BRASIL. TELEFONE (81).2119.4376 – FAX (81)2119.4004 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: [pesquisa\\_prac@unicap.br](mailto:pesquisa_prac@unicap.br)**

**Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_**

\_\_\_\_\_  
**Sujeito da pesquisa**



## ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O que levou você a tomar a decisão de não ter filhos?
2. E seu companheiro(a), compartilha de sua decisão?
3. O que sua família acha disto?
4. E seus amigos, dizem alguma coisa?
5. Como você vê a opinião da sociedade a respeito de um casal que não deseja ter filhos?
6. Como você vê o futuro?
7. Tem algum plano ou projeto?

### **Dados sócio-demográficos:**

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Profissão:

Tempo de casamento/União: